

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ENZO PERUCELO FELICIANO

Os fundamentos geográficos do pensamento de Estrabão

São Paulo
2025

ENZO PERUCELO FELICIANO

Os fundamentos geográficos do pensamento de Estrabão

Trabalho de Graduação Individual
apresentado ao Departamento de Geografia
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. André Roberto Martin

São Paulo
2025

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que embarcaram na minha odisséia e fizeram desse pequeno capítulo da vida, a graduação, uma história fantástica e inesquecível, na qual a monotonia do cotidiano era sempre colorida por momentos tão doces e felizes. O fato de que vocês tornam melhor não apenas o meu dia a dia mas também o mundo inteiro ao redor de vocês me dá a certeza de que fiz as escolhas corretas nesse tortuoso caminho e de que vivo uma vida que vale a pena ser vivida. Que o futuro nos reserve ainda mais sorrisos para este novo ciclo que está por vir. Amo todos vocês.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. André Roberto Martin, por ter me acolhido em um momento muito complicado da graduação e por ter dado todo o suporte possível para a continuidade da minha tese.

À Profa. Dra. Marina Regitz Montenegro, pela atenção dada desde o início e por todo o incentivo de me convencer a realizar uma pesquisa dessa natureza no nosso departamento.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela concessão da bolsa de iniciação científica (2023/03589-7), a qual foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

“sendo como um mosaico, a utilidade [da geografia] [...] pressupõe o mesmo tipo de homem [da filosofia], aquele que se preocupa com a arte da vida e da felicidade.” (Estrabão)

RESUMO

FELICIANO, E. P. *Os fundamentos geográficos do pensamento de Estrabão*. 2025. 79 f. Tese de Graduação Individual (Bacharel) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

O presente trabalho teve como objetivo analisar os fundamentos geográficos do pensamento de Estrabão (64/63 a.C. – 23/24 d.C.) com base numa pesquisa qualitativa, a qual está sustentada tanto numa revisão bibliográfica a respeito da literatura geográfica helênica quanto em uma investigação detalhada de seus próprios escritos em seu idioma original, o grego antigo. Ao jogar luz sobre o modelo empreendido por Estrabão para realizar uma obra geográfica, esta pesquisa buscou evidenciar as particularidades do pensamento desse geógrafo helênico, assim como demonstrar que ele apresentava um raciocínio geográfico maduro e que ele contribuiu para a tradição geográfica de forma mais significativa do que tem sido especulado.

Palavras-chave: Geografia Antiga; Estrabão; História do Pensamento Geográfico; Epistemologia.

ABSTRACT

FELICIANO, E. P. *The geographical bases of Strabo's thought*. 2025. 79 p. Individual Graduation Thesis (Bachelor) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

This study aimed to analyze the geographical bases of Strabo's thought (64/63 BC – 23/24 AD) based on qualitative research, which is supported both by a bibliographic review of Hellenic geographical literature and by a detailed investigation of his own writings in their original language, ancient Greek. By shedding light on the model used by Strabo to produce his geographical work, this research sought to highlight the particularities of this Hellenic geographer's thought, as well as to demonstrate that he presented mature geographical reasoning and that he contributed to the geographical tradition in a more significant way than has been speculated.

Keywords: Ancient Geography; Strabo; History of Geographical Thought; Epistemology.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. A GEOGRAFIA HELÊNICA.....	11
2.1. Origem linguística e histórica	11
2.2. Desenvolvimento de um pensamento racional.....	13
2.3. Formação da literatura	19
2.4. Surgimento como uma disciplina.....	25
2.5. Denominações de um texto geográfico	28
3. ESTRABÃO	32
4. OBRA.....	36
4.1. Estrutura.....	36
4.2. Recepção	39
5. A GEOGRAFIA EM ESTRABÃO.....	40
5.1. Embasamento filosófico	40
5.2. Cosmologia	44
5.3. A ciência geográfica	49
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73
APÊNDICE.....	78

1. INTRODUÇÃO

As obras de história do pensamento geográfico, num geral, têm relegado os geógrafos helênicos a uma posição um tanto ingrata, pois, ao mesmo tempo que consideram tais pensadores antigos como os fundadores dessa disciplina — e isso no melhor dos casos —, elas quase nunca exploram o conteúdo de suas obras de forma apropriada. Desse modo, frente à centralidade do moderno discurso científico que permeia as ciências desde o século XVIII, os autores de história do pensamento geográfico têm pautado a maioria das suas reflexões justamente a partir das obras e dos pensadores posteriores àquele período. Afinal, uma vez que se tornou necessária uma justificativa científica para a existência da geografia, o que, por sua vez, pressupõe necessariamente a identificação de um objeto de estudo particular, os geógrafos antigos passam a ser encarados como figuras estranhas, sobretudo porque tais objetivos lhes eram completamente anacrônicos.

Por exemplo, ao analisar duas obras seminais da história do pensamento geográfico publicadas no Brasil — Moraes (2009) e Moreira (1988) — é possível confirmar o caráter anedótico com o qual a geografia helênica costuma ser tratada. E por mais que Moreira (1988) se arrisque a fazer um resumo simbólico da geografia na antiguidade clássica e até mesmo cite uma passagem de Estrabão (64/63 a.C. – 23/24 d.C.), essas informações logo se mostram como um trampolim para a exposição do cenário mais moderno. Não obstante, durante muito tempo, tal tratamento não foi muito diferente daquele encontrado em publicações de língua estrangeira, de modo que, em termos gerais, havia restado àquela geografia que denominamos de pré-moderna um espaço extremamente reduzido nos estudos da sua própria disciplina. Assim, pesquisas a respeito de autores como Estrabão permaneceram praticamente como um monopólio dos estudos clássicos e isso quando muito (KOELSCH, 2004). Todavia, estudos que se debruçam sobre essa geografia antiga têm recebido uma revitalização crescente desde a primeira metade do século XX e diversas áreas do conhecimento passaram a se interessar cada vez mais pelos conteúdos que as obras desse período trazem consigo (PONCE, 2021). Dado o caráter colossal, integrativo e plural da obra de Estrabão, já é possível atestar que a sua *Geōgraphika* é capaz de inspirar reflexões de conteúdo filosófico, historiográfico, literário, pedagógico, filológico e teológico, isso deixando de mencionar tantas outras que também são possíveis de serem empreendidas. No entanto, essa efervescência ainda não foi capaz de desencadear estudos mais aprofundados a respeito dos próprios conteúdos geógrafos

da obra de Estrabão, visto que os geógrafos contemporâneos ainda têm se ocupado pouco desse campo de estudos como um todo. Novamente, é significativo que a presença de autores helênicos em manuais de história do pensamento geógrafo ainda apresenta um caráter fortemente anedótico, de modo que é prudente reconhecer que ainda falta aos próprios geógrafos um cuidado maior para com essas obras.

Com base numa pesquisa qualitativa, o presente trabalho investiga a particularidade do pensamento geográfico de Estrabão em sua obra *Geōgraphika*, de modo a verificar e avaliar em seu texto a existência de fundamentos geográficos sólidos, bem como revelar quais são eles. Ao mesmo tempo, também se perspectiva inquirir se há uma continuidade entre o que foi realizado por esse autor e o que tem preocupado o pensamento geográfico moderno. Esse objetivo se apoia na hipótese de que, ainda que muito tenha sido criticado a respeito da qualidade geográfica do pensamento de Estrabão, esse autor já apresentava em sua obra um raciocínio geográfico maduro, o qual, posteriormente, serviria de base para o aprofundamento científico dessa matéria. Para tanto, por um lado, foi levantada uma revisão bibliográfica para esclarecer os principais delineamentos do raciocínio geográfico na literatura helênica até Estrabão, o que, por sua vez, também permite situar o pensamento do autor em um quadro histórica e socialmente determinado. Assim, por outro lado, também foi realizada uma análise pormenorizada de sua própria obra no idioma original, o grego antigo, para que o seu pensamento fosse mais bem tratado e exposto na língua portuguesa. A edição utilizada para este trabalho foi aquela realizada por Stefan Radt (2002–2011), a qual contém o aparato crítico mais completo e atualizado da obra de Estrabão. As passagens da obra sempre serão referenciadas com base na divisão idealizada por Louis-George Oudart Feudrix de Bréquigny em sua própria edição (1763), a qual divide a obra em livro, capítulo e parágrafo, e.g. 1.1.1, respectivamente. E, por mais que se reconheça que esse modelo possa gerar uma segmentação artificial à obra, ela de fato elucida a disposição dos tópicos e auxilia o leitor a encontrá-los no extenso corpo textual, sendo muito conveniente para o presente propósito. Normalmente, essa numeração é antecédida pela abreviação do nome do autor (Str. ou Strab.), no entanto, para evitar um excesso de repetições desnecessárias, essa notação estará subentendida, aparecendo apenas quando for necessária para evitar ambiguidade com as citações de outros autores.

2. A GEOGRAFIA HELÊNICA

2.1. Origem linguística e histórica

Com origem na língua grega antiga, a palavra *geografia* tem a sua origem no substantivo *geōgraphos* (γεωγράφος), o qual é formulado a partir da junção de dois termos bem conhecidos do léxico helênico, o substantivo *gē* (γῆ) e o verbo *graphō* (γράφω)¹. Enquanto a primeira palavra oferece acepções menos variadas, embora “terra” (*gē*) cause a mesma ambiguidade que o nosso termo em português (e.g., *elemento terra* ou *terra natal*), a segunda apresenta sentidos muito diversos, podendo indicar, por exemplo, o ato de arranhar uma superfície, o de escrever um tratado ou mesmo o de descrever alguma coisa. Dessa forma, o termo *geografia* inicialmente poderia remeter imagens tão diversas quanto “marcas da terra”, com um sentido mais ontológico, ou mesmo “descrição da terra”², um mais epistemológico. Na história da disciplina, a segunda acepção pode ser encontrada na literatura helênica desde pelo menos a obra *De Mundo* (393b20), de Pseudo-Aristóteles (c. século III–I a.C.). Essa ocorrência, por sinal, pode representar um dos usos mais antigos do verbo *geōgrapheō* (γεωγραφέω), sendo aqui utilizado enquanto um particípio para identificar “aqueles que escreveram sobre a terra” (*hoi geōgraphēsantes*). No que pese a dificuldade de datar essa última obra, é possível reconhecer que, como o verbo *geōgrapheō* tem o acréscimo da vogal ε (*epsilon*), ele possivelmente tem a sua origem no substantivo *geōgraphos*, e não é uma simples uma construção sintética entre o substantivo *gē* e o verbo *graphō*. Consequentemente, esse verbo só pode existir quando a atribuição de geógrafo já está consagrada, mas, ainda assim, o próprio texto não esclarece o estado da arte da ciência geográfica, o que limita as pretensões de criar outras hipóteses. Além disso, a bem da verdade, o título dessa disciplina não calhou de ser cunhado no apogeu da escola jônica ou da democracia ateniense, mas surgiu apenas mais tarde em meio ao período helenístico (323 – 30 a.C.) através da figura de Eratóstenes de Cirene (c. 276 – 194 a.C.). Esse pensador foi responsável por publicar a obra *Geōgraphia* (Str. 1.2.2), a partir da qual tornou-se possível reconhecer que o raciocínio geográfico finalmente estava associado a uma identidade e denominação próprias (ROLLER, 2015). Inicialmente, parece que o nome dessa

¹ Embora não divague sobre o sentido próprio da palavra, essa é a origem etimológica proposta pelo dicionário Bailly (2000).

² Optamos por manter a palavra *terra* como um substantivo comum, sobretudo porque, enquanto nome próprio, ela pode gerar algum ruído com a ideia de *planeta Terra*, noção anacrônica ao recorte da pesquisa.

competência estava intrinsecamente associado a um modelo de investigação e de exposição, uma vez que a prática da geografia enquanto verbo (*geōgrapheō*) passa rapidamente a ocorrer na literatura. Da mesma forma, a definição de *Geōgraphia* na Suda (Γ 160)³ é dada pela sua equivalência com a palavra *periēgēsis*, a qual, por sua vez, está muito associada a um texto de caráter descritivo, típico dos guias turísticos (como em Luc. *Cont.* 22). Em Estrabão, por exemplo, esse primeiro sentido mais procedimental é mais comum e ocorre pelo menos 19 vezes em sua *Geōgraphika*, 8 vezes enquanto verbo e outras 11 enquanto substantivo. No entanto, é possível verificar que o sentido da palavra não se limitou ao escopo epistemológico, pois, ainda com base na obra desse mesmo autor, ele alega descrever a geografia de um determinado local (8.1.1) e atribui tanto ao mar (2.5.17) quanto às montanhas e aos rios (4.1.11) a autoria de “geografizar” (*geōgrapheō*) a terra (*gē*) e a região (*chōra*)⁴, indicações que, por sua vez, conferem a essa palavra também uma compreensão ontológica do termo. Não obstante, como foi salientado anteriormente, o estabelecimento dessa matéria não coincide necessariamente com o surgimento do raciocínio geográfico. Com relação a isso, também muitos outros autores da antiguidade, como Estrabão e Hiparco, argumentavam a favor, ao afirmarem que o fundador dessa disciplina era um autor muito mais antigo, o poeta Homero (c. séc. VIII a.C.).

A atribuição de Homero como pai de uma disciplina não é fortuita e tampouco foi uma estratégia argumentativa exclusiva dos geógrafos, afinal, desde pelo menos o século VI a.C., os poemas épicos desse poeta foram um dos elementos centrais da cultura helênica. Nesse sentido, não era incomum que as artes e as disciplinas buscassem se autoafirmar culturalmente por meio daquelas obras (SCHENKEVELD). Seu prestígio era tanto em meio à cultura helênica que, invariavelmente, também povos e cidades tentavam legitimar as suas respectivas identidades e reivindicações através da figura de Homero. Em sua poesia, esse poeta foi responsável por delinear a configuração geográfica dos helenos assim como de diversos outros povos, ao citar as suas cidades mais importantes, os seus fundadores, o contingente militar delas e

³ A Suda foi redigida por volta do século X e é uma espécie de enciclopédia.

⁴ A léxico geográfico helênico costuma reconhecer pelo menos 3 níveis escalares: um global (*gē*), um regional (*chōra*) e um outro local (*topos*). A distinção entre os dois últimos nem sempre é muito clara e, por vezes, eles podem ser usados de forma intercambiável (ALGRA, 1995, 33–38). Em Estrabão, ainda é necessário maiores estudos para esclarecer a particularidade de cada termo.

até mesmo as suas características geográficas⁵, estando tais descrições sobretudo no Canto II da *Ilíada*, denominado *Catálogo das Naus*. Além de situar geograficamente uma centena de agrupamentos humanos, Homero também apresenta em sua poesia um certo modelo de *cosmo*, o qual, a partir de então, será o ponto de partida a partir do qual uma boa parte dos geógrafos construiu os seus respectivos modelos, ora concordando com aquele modelo proposto pelo poeta, ora discordando dele. É justamente por essa linguagem poética muitas vezes ambígua, outras vezes vaga, que alguns geógrafos helênicos alegavam que Homero não apenas oferecia contribuições práticas para as suas respectivas disciplinas, mas também aportes teóricos e metodológicos muito refinados. Todavia, de acordo com os seus defensores, esses aportes nem sempre eram tão evidentes a um leitor ingênuo, sendo então necessário a realização de uma exegese gramatical cuidadosa para que tais informações fossem reveladas. Crates, de Malo (c. séc II a.C.), por exemplo, argumentava que Homero já teria desenvolvido em sua poesia representações complexas tais como a esfericidade da terra (Str. 1.2.24), enquanto Estrabão, por sua vez, defendia que o poeta, além de apresentar representações do Ecúmeno⁶ completamente condizentes com a realidade (1.1.1–12), também portava consigo as qualidades e as metodologias essenciais de um geógrafo, de um modo muito semelhante ao que Políbio realizou para enquadrá-lo como um bom referencial de historiador (KIM, 2007).

2.2. Desenvolvimento de um pensamento racional

Dentro do que é possível de se estabelecer em relação a uma genealogia dos autores de geografia, Estrabão oferece uma lista daqueles geógrafos que herdaram as motivações de Homero, citando desde filósofos jônicos, como Anaximandro e Hecateu, até Políbio e Possidônio⁷, pensadores estes que, inclusive, são atualmente mais reconhecidos por outras atribuições do que propriamente por geógrafos. Com uma definição tão ampla quanto essa, é possível dizer que, ao mesmo tempo em que

⁵ Embora alguns geógrafos confiassem piamente nos epítetos de cada cidade (1.2.3; 1.2.29), nem todos eles parecem descrever fielmente à realidade, pois poderiam apenas ser um recurso de linguagem para adequar determinados versos à métrica poética.

⁶ Para os autores de geografia que iremos abordar neste trabalho, o Ecúmeno corresponde à terra que habitamos e que conhecemos (Str. 1.4.6). Ele pode ser dividido com base em três porções de terra distintas, a saber, Ásia, Europa e Líbia (a qual posteriormente será mais conhecida pela denominação África). Por conta dessa particularidade, Ecúmeno será empregado como um substantivo próprio.

⁷ Além desses, Estrabão também cita Demócrito, Eudoxo, Dicearco, Éforo e Eratóstenes (1.1.1).

a geografia teria em seu arcabouço teórico e metodológico contribuições tão diversas daquilo que poderia ser considerado o engatinhar do pensamento científico ocidental, os geógrafos estavam naturalmente inseridos num outro campo bem conhecido da tradição helênica, a filosofia. Portanto, para compreender o lugar da geografia como aquela disciplina que veio a ser formalmente estabelecida com a figura de Eratóstenes, é prudente detalhar como foi o caminho com o qual a investigação filosófica passou a orientar as suas perguntas em direção às questões de natureza geográfica, afinal, como diz Estrabão “se nós consideramos alguma disciplina como própria do filósofo, essa é a geografia” (1.1.1). Não obstante, antes disso, é preciso sinalizar que a abrangência do termo “filósofo” na obra de Estrabão é maior do que aquela que se costuma adotar atualmente, sendo suficiente mencionar que, para esse autor, Homero e Políbio têm tanto a atribuição de geógrafo quanto a de filósofo (1.1.1) e que a identidade comum entre essas duas áreas é a ampla erudição (*polymatheia*)⁸.

Tratando-se de geografia e de filosofia, uma palavra que é fundamental para compreender o desenvolvimento comum dessas disciplinas e o respectivo valor investigativo delas é a palavra *epistēmē*, a qual define um conhecimento que não é refém da mera experiência sensível (*empeiria*), mas carrega consigo uma fundamentação que poderíamos chamar de “científica” e que articula uma série de raciocínios sistematizados. Para além dessa definição, é importante notar que a ortografia dessa palavra denuncia a sua origem histórica e geográfica, visto que a morfologia dela reforça a sua concepção junto à tradição filosófica jônica⁹. Em primeiro lugar, esse termo antecede tanto o conceito de geografia quanto o de filosofia¹⁰, afinal, *epistēmē* é a base pela qual ambas essas disciplinas conquistaram a sua identidade e relevância. Em segundo lugar, muito se questionou sobre quais seriam as razões responsáveis por tornar as cidades da costa jônica lugares especialmente propícios para o desenvolvimento de um raciocínio tal qual a filosofia. Vernant (1982) argumenta que os lugares identificados como o berço desse novo raciocínio (como a cidade de Mileto e a ilha de Samos) receberam uma série de transformações políticas

⁸ Para dar conta da amplitude que o termo “filósofo” tem em Estrabão, Roller (2014), em sua tradução, adotou a postura de verter *philosophos* para *scholar* nessas ocasiões.

⁹ Em outros dialetos, como no ático, nos quais a aspiração é preservada, a palavra esperada seria *ephistēmē* (ἐπιστήμη), mas ela não existe na língua grega. A manutenção da morfologia original demonstra a importância desse conceito e da tradição jônica no desenvolvimento de um raciocínio especulativo mais rigoroso.

¹⁰ Com uma perspectiva muitíssimo otimista, é possível argumentar que a palavra *philosophos* (φιλόσοφος) só veio a surgir com os pitagóricos, um século mais tarde em relação aos milésios (Cic. *Tusc.* 5.3.9).

imprescindíveis para possibilitar essa espécie particular de pensamento. Com base nesse mesmo autor (*IBIDEM*), é possível argumentar que foi a constituição da forma cidade-estado junto da progressiva dissociação entre pensamento político e religião que possibilitou a racionalização da vida social. Consequentemente, ainda que a filosofia tenha mantido alguns elementos da tradição cosmológica helênica, esse modo de pensar, após se imergir na racionalização política, passou a investigar a ordem das coisas de um modo inédito, pois agora era possível projetar no mundo natural as ideias de ordem e de lei consagradas nas cidades pelo elemento humano. Nesse mesmo sentido, uma vez que se tornou possível explicar o passado com base no presente — e não mais o inverso — e com base em um vocabulário secular, as possibilidades de se entender um determinado fenômeno mudaram completamente, o que, em algum grau, ficará de herança para todo o restante da tradição filosófica posterior (*IBIDEM*). Além do mais, a disposição desses lugares no Mediterrâneo privilegiou tais *polis* em seus contatos mercantis com as demais cidades, sobretudo aquelas localizadas no Oriente Próximo, de modo que, ao mesmo tempo que esse contato propiciava trocas culturais fundamentais para a própria constituição da filosofia, ele também gerava um senso de autoconsciência na sociedade helênica. Quanto à essa última consequência, é notável como o modelo de educação helênica exerceu um papel importantíssimo na maturação dessa autoconsciência e do pensamento racional, sendo a consagração desse modelo aquilo que foi denominado de *paideia*¹¹.

Com isso em mente, não é por acaso que Eratóstenes havia considerado Anaximandro e Hecateu, ambos herdeiros da filosofia de Tales de Mileto, como os sucessores diretos do raciocínio geográfico iniciado por Homero. Afinal, ao contrário do caráter fantasioso e recreativo que, de acordo com Eratóstenes, é intrínseco à poesia¹², esses filósofos da escola milésia tinham uma grande vantagem sobre o grande poeta: eles se encontravam livres daquelas amarras artísticas e, assim, podiam ensaiar as primeiras tentativas de explicar os fenômenos da natureza de uma

¹¹ A *paideia* foi uma forma de educação que visava transmitir e resguardar os valores aristocráticos dentro de sua própria classe, em que, inicialmente, honra, força e comprometimento social formavam o núcleo de seu modelo. Na Atenas clássica, outros aspectos serão agregados àqueles outros, como o cuidado com o corpo, o gosto pelas artes e, sobretudo, o desenvolvimento de habilidades políticas. Cf. Jaeger (1995) para um estudo histórico e pormenorizado da *paideia*.

¹² Embora Eratóstenes não demonstre problemas para aceitar que Homero é o fundador da geografia, essa sua consideração é acompanhada de uma série de críticas ao modelo de *cosmo* estabelecido pelo poeta e até mesmo de questionamentos a respeito da veracidade das informações geográficas.

maneira sistemática e coerente, sendo, portanto, os primeiros pensadores a dar ao raciocínio geográfico um propósito verdadeiramente investigativo. Ainda, é necessário ressaltar o caráter de potencialidade dessas formulações, pois, como Estrabão também reconhece, os primeiros filósofos da natureza (*physikos*) ainda conservavam algumas premissas oriundas das mitografias (1.2.8). De qualquer modo, o rigor que acompanha a prática filosófica e a observação sistemática daqueles eventos levaram esses pensadores a considerar a existência de uma harmonia que rege o *cosmo*, sobretudo com base na constância dos fenômenos astronômicos. E, ao ter tal constatação estabelecida, a identificação de padrões na natureza tornou possível a proposição de hipóteses para as causas daqueles fenômenos, de modo que explicações meteorológicas e cosmológicas puderam então sustentar modelos cada vez mais complexos de representação do mundo. Desse modo, ainda que alguns postulados homéricos ainda subsistissem — como é o caso do Ecúmeno insular rodeado por um único Oceano¹³ —, eles agora podiam ser validados ou criticados com base em um fundamento racional. Os princípios dessa escola foram importantes de tal forma que a maneira com a qual os milésios explicam a circularidade do Oceano ainda seria utilizada na época de Estrabão para justificar tal modelo de mundo, ao ter a água como elemento primordial (AUJAC, 1966). Nesse mesmo momento em que tais raciocínios eram transcritos para o papiro, Anaximandro de Mileto também foi responsável pela introdução dos mapas para dentro dos tratados filosóficos de sua época, os quais inauguraram uma nova linguagem que também veio a servir de instrumento para explicar o mundo e os seus fenômenos. Todavia, o horizonte geográfico helênico ainda era muito limitado e as formas de representação do Ecúmeno ainda eram muito ideais, de modo que, após a expansão do comércio e das zonas de influência da cultura helênica, os mapas milésios rapidamente se tornaram anacrônicos, a ponto de que, já no tempo de Heródoto (c. 484 – 425 a.C.), essas representações seriam risíveis (Hdt. 4.36). Dessa forma, à medida que os povos helênicos entravam em contato com novos povos e aumentavam as trocas culturais com eles, o pensamento filosófico passou a nutrir-se de contribuições que o tornavam cada vez mais refinado e rigoroso. À época de Demócrito (c. 440 – 380 a.C.), por exemplo, já era possível a um filósofo percorrer longas distâncias e, assim, fazer observações sistematizadas e detalhadas dos fenômenos e de suas diferentes

¹³ É importante ressaltar que, nessa literatura antiga, o Oceano representa toda a extensão de água salgada que circula o Ecúmeno, definindo, portanto, uma somatória de mares.

manifestações em cada uma das partes do Ecúmeno (15.1.38), o que permitiu um aperfeiçoamento progressivo de modelos e de teorias de cunho geográfico.

Com o tempo, o centro do pensamento filosófico helênico começou a deslocar-se a Oeste e, já ao tempo de Demócrito, a escola ateniense de filosofia veio a se tornar o seu representante mais aclamado. O principal expoente dessa escola é certamente Platão (c. 427 – 348 a.C.), mas, a bem da verdade, não há nenhuma obra em meio aos seus diálogos que assume um carácter integralmente geográfico. Todavia, esse *corpus* não deixou de trazer consigo importantes reflexões para esse campo do conhecimento. Quanto ao seu modelo cosmológico, esse filósofo, ao buscar cada vez mais uma explicação racional, passa a apresentar raciocínios fundamentalmente matemáticos para explicar o formato do *cosmo*, dos corpos celestes e da própria Terra, como faz no *Timeu* (33b–34a; 40a–c). Já em *Crítias* (110–112), Platão, ao considerar eventos de larga escala espacial e temporal, descreve em seu texto uma percepção complexa sobre o processo de formação dos solos na Ática; sobre como a diversidade de recursos naturais pode ser levada à extinção pela erosão ou mesmo por mãos humanas; e, finalmente, sobre como esse tipo de processo compromete uma organização social complexa. Também nas *Leis* (3.677–682) o filósofo ateniense lança mão de raciocínios geográficos ao tecer uma associação entre a localização de um povo e o tipo de comportamento predominante dele, sem deixar de considerar a existência de uma transitividade entre o estado civilizado e não civilizado. Consequentemente, dada a importância conferida por Platão aos raciocínios geométricos que ele trouxe do Egito, um de seus discípulos, Eudoxo de Cnido (c. 390 – 340 a.C.), aprofundando o raciocínio matemático para dentro da especulação filosófica, foi responsável por empregar esses métodos na investigação geográfica e, assim, publicou uma obra denominada *Periodos Gēs*, em que ele descreve o Ecúmeno a partir de um zoneamento baseado na projeção celeste, o que representou um grande salto na compreensão do que veio a ser definido como as latitudes (*klima*).

Não obstante, o filósofo responsável por gerar um dos maiores incrementos na investigação geográfica foi um outro discípulo de Platão: Aristóteles, de Estagira (384 – 322 a.C.). A proficuidade de Aristóteles é notável pelas suas contribuições em vários campos que compõem o raciocínio geográfico, não obstante, por mais que as teorias e os modelos propostos pelo estagirita tenham contribuído enormemente para entender os elementos distribuídos geograficamente, o principal aporte desse filósofo está no seu modo de vida teórico, ou seja, ter o conhecimento como um fim em si

mesmo e como uma fonte de prazer (HADOT, 2014). Em Aristóteles, esse modelo possui uma qualidade que pode ser encarada como o núcleo de seu método para o estudo da filosofia natural e que veio a ser decisiva para o desenvolvimento dos estudos geográficos subsequentes. Essa qualidade está apoiada na centralidade da observação sistematizada dos fenômenos, a qual será responsável por cada vez mais guiar e condicionar o uso da razão. Desse modo, junto com o desenvolvimento da analítica e da busca pelas causas, esses elementos se tornaram os fatores decisivos para aperfeiçoar a investigação filosófica e, conseqüentemente, o rigor dela; e o fato de que os seus próprios escritos se tornaram um dos principais parâmetros para as investigações geográficas subsequentes atesta a fecundidade de sua pesquisa sobre o Ecúmeno e sobre a situação que o homem estabelece com ele¹⁴. Para além de suas próprias obras, os frutos de seu método filosófico foram colhidos tanto diretamente — como na figura de Dicearco (340 – 290 a.C), que foi responsável por propor um novo modelo para o Ecúmeno e por estabelecer a ideia de um paralelo fundamental — quanto indiretamente, quando Alexandre, o Grande (356 – 323 a.C.), desencadeia uma nova era de difusão e de florescimento do conhecimento geográfico com o período helenístico. Uma vez que as campanhas do monarca macedônio alargaram o horizonte social e cultural helênico a um patamar nunca visto, junto a elas também foi conduzida uma miríade de contribuições dos mais diversos campos do conhecimento, de modo que, passado menos de um século, esse montante pôde ser agrupado e formalizado sob o campo de estudo autônomo que seria denominado como geografia. De qualquer modo, por mais que os geógrafos tenham conquistado para si mesmos um campo próprio de investigação, as escolas filosóficas não deixaram de contribuir em menor grau para essa disciplina. Após o enorme impacto da filosofia aristotélica, o estoicismo veio a assumir um importante papel quanto à formulação de métodos, teorias e modelos geográficos. Sobretudo sob a influência de Possidônio, de Apameia (c. 135–51 a.C.), essa escola filosófica adquiriu contornos mais contemplativos por adotar uma cosmologia na qual a organização das coisas está posta a partir de um poder único e universal que possui inteligência e intenção, o que foi denominado de *pronoia*. Tal compreensão, por sua vez, leva a considerar que, como cada elemento está disposto na realidade de forma inteligente e harmônica (2.3.7), os

¹⁴ Basta recordar como Possidônio, um dos maiores geógrafos da antiguidade, considera que os textos de Aristóteles não apenas são uma autoridade em assuntos geográficos (Str. 1.2.21), mas também fornecem um método de investigação próprio (Str. 2.3.8).

questionamentos filosóficos de matriz geográfica se tornam privilegiados nessa questão, visto que é essa disciplina aquela que explica melhor a distribuição dos entes na natureza. Não obstante, é importante ressaltar que, ao contrário do que a escola peripatética tinha como objetivo, muitos filósofos estoicos não almejavam explicar a causação de todos os fenômenos que eles estudavam (2.3.8), visto que, segundo a sua cosmologia, muitas dessas causas seriam inacessíveis à compreensão humana. Consequentemente, os tratados desses filósofos costumavam adquirir um carácter mais descritivo e contemplativo do que aqueles de outras tradições filosóficas. De qualquer modo, Possidônio, por exemplo, foi capaz de realizar importantes descobertas no campo das “ciências da natureza” (*physika*) e a sua contribuição geográfica foi ainda mais fecunda, uma vez que ele tinha a capacidade de realizar uma série de viagens através do Ecúmeno. Nesse ponto da história, a associação entre geógrafos e filósofos estava absolutamente tecida e mais evidente do que nunca, de tal maneira que a publicação de obras de geografia se disseminou através do mundo helênico de forma ainda mais efetiva.

2.3. Formação da literatura

Agora, para investigar melhor a maneira pela qual o raciocínio geográfico começou a se especializar como um campo unitário, seria necessário apanhar uma variedade razoável de obras desse gênero. Todavia, a grande maioria desses textos foi perdida com o passar dos séculos, de tal modo que pouco é aquilo que se sabe a respeito de suas estruturas e de suas motivações. Por outro lado, fragmentos significativos daquelas contribuições puderam sobreviver ao tempo através de outros autores como Estrabão, que foi responsável por compilar os principais debates dessa disciplina até o seu tempo, ainda que de forma parcial e sumária¹⁵. No que pese essa enorme perda, ainda assim, com base na obra de Estrabão, é possível identificar os aportes de seus principais autores e traçar as linhas gerais do que era historicamente uma obra de geografia. No entanto, antes disso, até que a geografia se firmasse como uma literatura com características próprias, teve de haver o desenvolvimento de pelo menos dois gêneros distintos da tradição literária helênica, a saber, os *périplos* e a prosa historiográfica.

¹⁵ Além do mais, há o problema de que as referências tecidas por Estrabão passam pela interpretação desse mesmo autor, o que pode ter enviesado a qualidade das informações transmitidas.

O *périplo* (*periplous*) se desenvolveu na literatura helênica de forma bem prematura, entre os séculos VI e V a.C., tanto por uma construção originalmente helênica, como aquela materializada no *Périplo de Cílix*¹⁶ (c. séc. VI a.C.), quanto por motivações e aportes externos, como o *Périplo de Hanão*¹⁷ (c. séc. V a.C.). Inicialmente, os *périplos* eram uma espécie de itinerário marítimo, escrito no formato de um diário de bordo, e estavam associados à cabotagem, visto que, ao seu tempo, as rotas estavam presas às costas dadas as limitações das técnicas de navegação. Porém, justamente por essa restrição, os autores desses textos não podiam pautar a sua descrição apenas por indicações espaciais lineares e, assim, passaram cada vez mais a mencionar objetos topográficos e comentários etnográficos para complementar as suas referências (DUECK, 2010). Esse foi o primeiro grande meio com o qual um autor pôde realizar uma descrição geográfica da Hélade e o fato de sua natureza ser marítima não é ocasional, visto que a cultura helênica se desenvolveu através de uma relação muito forte com o mar desde a Era do Bronze (ROLLER, 2015), sobretudo com vistas ao comércio (BICHLER, 2016). Não obstante, à medida que o conhecimento e as técnicas se expandiam e se tornavam mais complexos, os *périplos* não perderam a sua importância, mas, pelo contrário, acompanharam tais inovações e deram fôlego para o fomento de um raciocínio geográfico que se aproximava cada vez mais daquilo que podemos considerar como científico (JANNI, 2016). Ainda que o seu enfoque não seja evidente, uma vez que o objetivo literário por vezes pareça ser mais desejado do que a motivação prática ou conceitual, os *périplos* foram importantes fontes para a reflexão geográfica. Não é por acaso que dois autores como Estrabão e Ptolomeu, representantes de tradições geográficas bem diferentes, utilizaram-se arduamente deles para elaborar seus tratados. Essa literatura exibiu um grande florescimento que veio a perdurar até o século I d.C., quando, então, passou a se tornar cada vez mais rara até desaparecer, assim como também ocorreu com a própria geografia. À essa época, é possível identificar pelo menos 31 autores que abrangem áreas tão diversas como o Oceano Índico e o Mar Báltico. Por um lado, Estrabão foi o geógrafo que mais utilizou as contribuições deixadas por essa literatura,

¹⁶ Cílix foi um importante navegador da Cária que, a mando de Dario I, explorou partes do Mar Vermelho e do Oceano Índico. É importante esclarecer que o texto que chegou até a modernidade não é o original mencionado por Estrabão e por outros geógrafos antigos, mas uma pseudoeπίγραφή bem posterior.

¹⁷ Hanão foi o almirante cartaginês responsável por realizar uma expedição pela costa oeste da África e registrá-la em texto. É muito provável que o seu *périplo* tenha sido o primeiro texto estrangeiro a ser traduzido para o grego antigo (ROLLER, 2017).

empregando pelo menos 10 autores que somam um total de 48 citações, sendo, portanto, o geógrafo responsável por preservar o maior número de fragmentos desse gênero (PONCE, 2016). Por outro lado, a postura dele, em um primeiro momento, pode parecer dúbia, visto que não são poucas as vezes em que ele critica a credibilidade dos relatos dados por marinheiros (1.1.21; 2.3.5; 15.2.12) ou mesmo em que ele ataca a veracidade das informações transmitidas por esse gênero (1.3.1; 2.1.11). No entanto, ao analisar o modo como ele critica essas fontes, é possível afirmar que essa postura está de acordo com o objetivo do geógrafo de corrigir os enganos cometidos na tradição geográfica como um todo. Desse modo, as críticas não se tratam especificamente de um ataque especificamente ao gênero, mas são uma admoestação aos geógrafos que ingenuamente acolhem todo o tipo de informação inescrupulosamente (PONCE, 2016). Ainda nesse mesmo campo literário, vale também mencionar a existência dos *portuários (limena)*¹⁸, um gênero textual esporadicamente mencionado por Estrabão e que costuma ser citado em conjunto com os *périplos* (1.1.21; 8.1.1). Embora o título desse gênero sugira que as suas obras ofereceriam maiores detalhes a respeito dos portos, assim como relatariam informações mais pertinentes para o comércio marítimo do aquelas fornecidas nos *périplos*, quaisquer outros tipos de distinção em relação a esses últimos não podem ser tecidos com muita precisão, visto que os fragmentos dos *portuários* são raríssimos.

Quase que simultaneamente ao surgimento dos *périplos*, aparece também na literatura helênica a prosa historiográfica pelas figuras de Hecateu de Mileto e Heródoto. Por um lado, Hecateu (c. 550 – c. 480 a.C), além de provavelmente ter sido um dos pioneiros a escrever em prosa¹⁹, é para a geografia aquilo que Eratóstenes considerou como um dos primeiros sucessores de Homero, ao também ter escrito uma obra geográfica, *Circuito da terra (Periodos gês)*, cujo conteúdo pouco se conhece, uma vez que o seu texto integral se perdeu com o passar dos séculos. A partir do título autoexplicativo e dos poucos fragmentos que sobreviveram até a modernidade, é considerado que esse tratado seria um correspondente dos *périplos* que, por sua vez, abordaria estritamente as porções terrestres do Ecúmeno. Além do mais, a existência de uma obra com tal conteúdo também pode jogar luz sobre a identidade particular

¹⁸ A tradução desse termo carece de consenso. Na tradução espanhola (RAMÓN, 1991), o termo *limena* é vertido para *portulano*, o que pode causar certa ambiguidade com o gênero cartográfico que só viria a aparecer na Idade Média.

¹⁹ A prosa surge através de uma ruptura com a poesia, ao propor uma disposição de informação fora de qualquer métrica poética e ao seguir o ritmo da fala.

que a geografia e a história adquiriram no desenvolvimento do conhecimento helênico, visto que ela foi composta separadamente de uma outra obra desse mesmo autor, as *Genealogias* (*Genealogiai*), a qual apresenta um caráter mais histórico e mitográfico. Por outro lado, Heródoto (c. 484 – c. 425 a.C.), embora não seja considerado como um geógrafo nem para Eratóstenes nem para Estrabão, é o representante mais ilustre dessa nascente prosa historiográfica e o seu texto, as *Histórias* (*Historiai*), sobreviveu quase que integralmente até o nosso tempo. Foi deste tratado que pôde surgir o principal modelo para uma historiografia mais ampla, a qual adota um impulso integrativo e sintético que, por sua vez, ao abrir margem para maiores digressões a respeito de aspectos etnográficos e geográficos, permitiu ao pensamento geográfico uma inserção definitiva na tradição literária dos helênicos (CLARK, 1999). Quanto ao seu conteúdo histórico, o próprio Estrabão chama a atenção para que se tenha cuidado quando se consulta obras de tal gênero, pois, além do fato de que a história, inicialmente, era muito contaminada por mitos (1.2.8), Heródoto, por nunca deixar evidente o que é ou não mito²⁰, não é um dos autores mais confiáveis dessa tradição (Str. 1.2.35). Todavia, quanto ao conteúdo geográfico, ele decerto não é preponderante nesse gênero de obra e, inclusive, é possível argumentar que, além de esses elementos apenas se prestarem como um plano de fundo para o desenrolar dos acontecimentos históricos, eles estariam mais associados às regiões alheias à cultura helênica, quando o conteúdo de história não é possível de ser redigido (PRONTERA, 1984). Além disso, não era raro que obras históricas apresentassem os conteúdos de matriz mais geográfica — como é o caso das análises topográficas — em seções separadas de suas obras, como teria sido feito por Políbio e Éforo (8.1.1), sendo algo como um anexo ao texto original. De qualquer modo, tal gênero de prosa foi um importante meio para que as ideias geográficas pudessem ser registradas, transmitidas e então debatidas, de modo que a barreira entre história e geografia seria extremamente sutil na literatura helênica. Portanto, não é fortuito que muitos autores de história também sejam considerados geógrafos, como é o caso de Hecateu, Éforo, Políbio e Possidônio, além do próprio Estrabão, de modo que é proveitoso questionar exatamente onde reside a distinção entre uma obra de história e de geografia. Desse

²⁰ Para Estrabão, a definição de mito é a “narrativa de coisas novas que não expõem a realidade tal como ela se apresenta, mas coisas muito distantes dela” (1.2.8). Em seguida, nessa mesma passagem, o autor complementa essa definição ao argumentar que os mitos seriam instrumentos para controle social e político.

modo, no que pese as limitações que a seguinte abordagem possa causar, dado o escopo de nosso trabalho, é forçoso ser sumário e ater-se nos seguintes considerações: **a.** a história está posta mais em função do tempo; já a geografia, em função do espaço²¹; **b.** a primeira se atém mais ao passado; enquanto a segunda, ao estado presente²²; **c.** aquela possui um narrador que costuma ser posto em primeiro plano; já esta, em um secundário; e **d.** a primeira teria um maior apreço pela narrativa; já a segunda, pela descrição (CLARKE, 1999)²³.

Além dos gêneros já mencionados, a geografia também recebeu importantes contribuições de outras áreas do conhecimento, como é o caso daquilo que se convencionou chamar de “ciências da natureza” (*physika*)²⁴, bem como das matemáticas (*mathematika*), como Posidônio e Hiparco teriam procedido (8.1.1). Não obstante, é preciso esclarecer que, ao menos para Estrabão (2.5.2–4), essas contribuições não estavam postas numa via de mão dupla, pois haveria uma patente hierarquia que começa a partir da *physika*, passa pelas matemáticas e enfim chega na geografia. Para aquele autor (2.5.2), a primeira seria uma excelência (*aretē*), o que significa que ela se sustenta por si só, ou seja, possui princípios e procedimentos próprios que buscam esclarecer as causas dos fenômenos. É aquilo que chega mais próximo daquilo que é possível considerar propriamente como filosofia, visto que ela resguarda um caráter marcadamente especulativo. Já as matemáticas constituem o conjunto das matérias da *astronomia*²⁵ (ἀστρονομία) e da *geometria* (γεωμετρία) e representam aquilo que seria considerado como uma espécie de formação básica para os cidadãos romanos (1.1.22). Essas disciplinas, por sua vez, são práticas e dependem das hipóteses fornecidas pela *physika*, visto que carecem de princípios e produzem resultados e demonstrações que são derivados dos postulados daquela *aretē* (AUJAC, 1966). A *astronomia* lida com fenômenos e variáveis pretensamente considerados imutáveis e harmônicos e, por conta disso, era tida como o melhor meio para realizar as demonstrações da *physika*, assim como para também oferecer

²¹ É providencial ressaltar o uso do advérbio *mais* nessas considerações, visto que são tendências.

²² O próprio Estrabão (12.8.7) afirma que não cabe à geografia divagar sobre histórias antigas (*palaia historia*), mas sobre como as coisas estão agora (*ta nyn onta*).

²³ Como discutido pela própria autora, é forçoso reforçar que todas essas considerações são apenas parcialmente válidas, visto que nenhuma obra de história ou de geografia trabalha essas qualidades de forma binária, absoluta e excludente.

²⁴ Para uma maior coerência, foi preferido referenciar essa disciplina apenas por sua transliteração, ou seja, *physika*.

²⁵ No próprio tratado de Estrabão, ela também é reconhecida pelos título *ourania* (οὐράνια), de acordo com numa nomenclatura mais popular, e *meteorologia* (μετεωρολογία), seguindo uma inclinação aristotélica.

previsões. Já a *geometria*, ainda restrita ao seu significado literal, seria responsável por realizar as medições da superfície terrestre, sendo forçoso, por vezes, utilizar algumas metodologias da astronomia para a sua adequação. Porém, como a superfície terrestre não é regular nem imutável, as suas demonstrações seriam consideradas inferiores em relação àquelas astronômicas²⁶. Finalmente, restaria aos geógrafos compreender os processos por trás dessas contribuições e, assim, fazer uso delas em suas obras para a produção do conhecimento de sua própria disciplina. Por um lado, por mais que um autor de geografia exigisse todo esse tipo de formação para a leitura de sua obra, ele também poderia, por outro lado, comentar superficialmente aqueles postulados e solicitar de seu leitor um voto de confiança para com as informações que são fornecidas.

Por fim, é proveitoso aprofundar os comentários a respeito da situação em que a cartografia se encontrava na literatura helênica, visto que é ela a linguagem particular com a qual os geógrafos podem melhor transmitir as suas informações, sobretudo ao “deixar ver todos os lugares ao mesmo tempo e permitir captar, em uma olhadela, as estruturas que a narração não chega a tornar sensíveis” (CLAVAL, 2014, p. 95). Inicialmente, a cartografia resguardava consigo um caráter fortemente idealista, uma vez que as suas representações reproduziam as mesmas imagens elaboradas na poesia homérica, como, por exemplo, preservar Delos como o centro de um Ecúmeno circular (Agath. 1.1.2)²⁷, assim como também imputavam sobre os continentes ideais de harmonia considerados *à priori* (Hdt. 4.36). Dessa forma, assim como resumido por Claval (2014), fica evidente que, nesse momento, a liberdade de representar e de intuir é um dos principais imperativos desses artífices. Demorou alguns séculos até que a cartografia finalmente fosse utilizada para fins mais objetivos, por assim dizer, como quando, por exemplo, Dicearco finalmente introduziu nela um sistema de coordenadas (Agath. 1.1.5). No entanto, é preciso considerar que a ausência desse requisito não havia impedido a cartografia de ser um recurso decisivo para, por exemplo, organizar campanhas militares, visto que, séculos antes, o tirano Aristágoras, de Mileto, já a havia empregado de maneira capciosa para tentar convencer Cleomenes I de realizar um levante contra os persas (Hdt. 4.49–50). E,

²⁶ É exatamente por essa razão que, durante muito tempo, o cálculo da circunferência terrestre realizado por Eratóstenes, com base na própria Terra, foi subestimado em relação àquele feito por Posidônio, com base na astronomia.

²⁷ Cf. Diller (1975) para uma edição crítica dessa obra acompanhada de comentários.

mesmo passado quase dois séculos, já na Atenas Clássica, a cartografia ainda era uma linguagem exótica o suficiente para gerar confusões em leitores não acostumados com ela, fato que gerava situações cômicas, como Aristófanes satirizou em uma de suas obras (*Nub.* 206–17)²⁸. Quanto a questão da escala, é possível observar que, pelo menos desde Ptolomeu, já há um proeminente binarismo entre uma cartografia “geográfica” e uma “corográfica”, sendo aquela global e de escala pequena²⁹; e esta, regional e de escala grande³⁰. Não obstante, também em Estrabão parece que essa distinção já estava formalizada, uma vez que este autor parece especificar a escala dos mapas através do adjetivo que acompanha o substantivo mapa (*pinax*), classificando-o ora como geográfico (2.5.13), ora como corográfico (2.5.17), como foi conjecturado por Moret (2017). Todavia, por mais que registros literários sobre mapas sejam abundantes na literatura helênica, pouquíssimos foram os exemplares físicos dessa arte que sobreviveram ao tempo, pois, salvo o Mapa de Dura-Europos e o Papiro de Artemidoro de Éfeso, cuja autenticidade é inclusive muito contestada, praticamente não há outros achados arqueológicos desse tipo que remontam ao tempo da Antiguidade Clássica³¹. Além do mais, gêneros literários tais quais os *périplos* e os *portuários* (*limena*), os quais inicialmente pareciam ter uma base imagética, demonstraram, na prática, serem testemunhos centralizados na linguagem textual (JANNI, 1998). Consequentemente, como é impossível realizar maiores afirmações a respeito das qualidades gráficas dos mapas como um todo, a natureza deles passou a ser contestada, de modo que, atualmente, é possível concluir que essa arte, no final das contas, seria menos gráfica e mais textual e que ela seria muito mais um instrumento de conhecimento do que um guia prático (JANNI, 2015).

²⁸ É interessante sublinhar que, em vez de utilizar a palavra mais comum para se referir aos mapas, *pinax*, Aristófanes adota uma outra, *periodos*, a qual é mais bem conhecida como um gênero literário, como discutiremos num outro capítulo.

²⁹ Não custa recordar que, por conta da limitação do conhecimento dos povos helênicos, apenas as partes conhecidas do Ecúmeno poderiam ser representadas em um mapa global, de modo que esse tipo de mapa sempre é parcial.

³⁰ Para uma explicação mais detalhada dessa distinção, as palavras do próprio Ptolomeu podem ser evocadas (APÊNDICE).

³¹ Por mais que muito se discuta a respeito da datação da *Tabula Peutingeriana* original, é impossível concluir algo a respeito disso.

2.4. Surgimento como uma disciplina

Voltando a Eratóstenes, aquele que pode ser considerado como o maior representante do que seria a tradição geográfica no mundo helênico³², é proveitoso investigar as causas que levaram à necessidade de se cunhar um termo tal qual *geografia* no contexto histórico e social em que isso se deu. O geógrafo de Cirene nasceu pouco mais de meio século após a morte de Alexandre, o Grande, e uma considerável parte de sua formação aconteceu em Alexandria, onde foi contratado por Ptolomeu III para ser o diretor da famosa biblioteca dessa cidade. Em primeiro lugar, as campanhas militares realizadas pelo rei macedônio foram fundamentais para que os helenos pudessem aprofundar ainda mais o conjunto de saberes essenciais para a geografia. Pois, junto aos espólios de guerra, essa expansão também trouxe diversas contribuições intelectuais, sobretudo no tocante à geometria e à astronomia, conhecimentos que já eram bem desenvolvidos pelos egípcios, pelos caldeus e pelos fenícios. Afinal, sem o conhecimento geométrico dos egípcios, o náutico dos fenícios e o astronômico dos caldeus, seria impossível realizar procedimentos padrões da geografia, tal qual o cálculo da circunferência da Terra, o das distâncias marítimas e o da longitude, respectivamente³³. Sem mencionar que, sem esses procedimentos, também seria impossível desenvolver o raciocínio relacional e totalizante característicos da geografia. Além disso, essa expansão militar, ao tornar conhecidas novas regiões do Ecúmeno, também exigiu um esforço renovado para compreender a especificidades delas e descrevê-las, tendo em vista o interesse dos impérios em aumentar suas trocas comerciais e em expandir os seus territórios, o que só seria possível com o auxílio de um saber codificado (CLAVAL, 2014). Segundo Estrabão (1.2.1), o próprio Eratóstenes tinha plena consciência de como essas práticas expansionistas haviam gerado contribuições inestimáveis para o campo da geografia, tanto que é a partir desse momento que a geografia passa a pensar não apenas na forma do Ecúmeno, mas também de toda a terra (2.3.3). Inclusive, como tamanha extensão territorial jamais seria atingida novamente por um império helênico, as

³² Ainda ao tempo de Marco Túlio Cícero (*Att.* 26 II.6), Eratóstenes era o principal parâmetro para se redigir uma obra geográfica.

³³ Antigamente, o único meio possível para estabelecer um sistema de longitude era pelos eclipses. Dois astrônomos deveriam observar o mesmo eclipse a uma mesma latitude e calcular o tempo de início e de fim desse mesmo fenômeno com base num mesmo sistema temporal. Após essas anotações, a comparação poderia ser feita com base na equivalência de 1 hora = 15° (AUJAC, 1966).

informações geográficas fornecidas pelos comandantes do exército de Alexandre³⁴ se tornaram praticamente as únicas fontes para determinadas regiões, tais como a Mesopotâmia e a Índia. Consequentemente, passados mais de 3 séculos, geógrafos como Estrabão tiveram que recorrer a tais escritos para completar a sua descrição do Ecúmeno, pois apenas os geógrafos alexandrinos teriam informações suficientes sobre aquelas regiões mais distantes do centro romano. Todavia, essas informações são sempre tratadas com uma certa cautela, uma vez que é de conhecimento geral que os oficiais macedônios, assim como os futuros historiadores que trataram desse tema, tinham a tendência de amplificar os relatos daquela expedição com o objetivo de engrandecer a figura de Alexandre (11.6.4; 11.7.4; 15.1.28). Findada a digressão, em segundo lugar, Alexandria havia sido idealizada para ser o grande centro intelectual do Mediterrâneo, então, naturalmente, grande parte daquelas inovações já mencionadas confluíram inevitavelmente para essa cidade, de modo que essas informações agora poderiam ser registradas e guardadas num mesmo ambiente, a Biblioteca de Alexandria. Soma-se a isso o fato de que o monarca do tempo de Eratóstenes, Ptolomeu III, fomentou ativamente o aperfeiçoamento de uma classe de estudiosos no Museu de Alexandria, fato que também fez com que as condições sociais tivessem um papel predominante nessa formação. Portanto, foi dentro dessas condições que uma figura tal como Eratóstenes, dedicado a estudar os mais diversos assuntos disponíveis no acervo da Biblioteca, pôde tornar-se capaz de assimilar essa enorme e variada gama de contribuições e reuni-las tendo em vista um mesmo objetivo: compreender e descrever o Ecúmeno de uma maneira totalizante. O resultado dessa combinação foi a publicação da obra *Geōgraphia*, a qual, ainda que fosse muito modesta em relação às demais obras do gênero³⁵, é a pedra angular dessa disciplina que representa a simbiose de diversos saberes, originários de diversas regiões, em uma única obra e com um único objetivo. Embora o seu texto tenha desaparecido por volta do século II d.C., a soma de fragmentos dessa obra permite reconstruir parcialmente os seus conteúdos de tal maneira que é possível visualizar a tônica de sua estrutura geral, a qual veio a influenciar os demais geógrafos

³⁴ Embora a principal função da expedição fosse de fato militar, os oficiais do exército tinham uma preocupação constante em registrar os fenômenos de cada lugar. Enquanto alguns se tornaram historiadores e geógrafos por ocasião, como é o caso de Onesícrito, outros já possuíam uma especialização prévia, como Gorgos, que era um engenheiro de minas (15.1.30).

³⁵ Com base nos relatos de Estrabão, é possível conjecturar que a obra de Eratóstenes seria constituída por 3 livros, uma quantidade levemente inferior aos 17 livros daquela de Estrabão.

da antiguidade³⁶. Em seu primeiro livro, Eratóstenes faz um sumário teórico daquilo que já foi debatido no tocante à ciência geográfica; o segundo livro trata de elucidar as questões mais quantitativas dessa matéria, ao demonstrar os cálculos das distâncias entre diferentes cidades e até mesmo da circunferência de toda a terra; finalmente, no terceiro, o geógrafo faz uma descrição de todo o Ecúmeno, passando da Índia até a Ibéria, tal seção que pode ser denominada como corográfica. Assim estava estabelecido o modelo de um tratado de geografia, o qual, por sinal, é muito semelhante àquele que pode ser reconstruído da obra *Sobre o Oceano* (*peri ōkeanou*), de Possidônio, assim como lembra bastante aquele feito por Estrabão em sua obra *Geōgraphika*.

2.5. Denominações de um texto geográfico

Por mais que agora houvesse uma denominação comum para pautar toda essa tradição literária, é prudente reconhecer que não apenas cada autor de geografia apresentava um objetivo bem particular em sua obra correspondente — basta notar como Eratóstenes, Estrabão e Ptolomeu demonstram enfoques e abordagens bem particulares em seus respectivos tratados —, mas também eles empregavam diversos nomes para referenciar diferentes seções de sua obra, de modo que o próprio termo “geografia” ora apresentava uma acepção mais generalizante, ora uma mais restritiva. Decerto, por mais que tivessem enfoques distintos, tanto Eratóstenes quanto Estrabão e Ptolomeu são reconhecidos pela autoria de obras que compartilham tanto de um mesmo título, *Geōgraphia*³⁷, assim como também de modos de investigação e descrição comuns. No entanto, é preciso observar que, embora o título *Geōgraphia* acabe por abranger toda uma obra, há seções internas a ela que podem ser referenciadas por outras denominações mais específicas, de modo que tal ocorrência não parece ser ocasional, mas revela a existência de características próprias a cada seção da obra. O tratado de Estrabão, por ser mais extenso, oferece a melhor amostra para a avaliação desse léxico, sendo estas as denominações que ele utiliza para referir-se a sua própria obra: “*geōgraphia* (γεωγραφία)” (2.1.41; 15.1.10; 17.1.36); “*chōrographia* (χωρογραφία)” (2.5.1; 8.3.17); “*periēgēsis* (περιήγησις)” (2.5.18; 3.4.5;

³⁶ Para uma tradução e comentários dos fragmentos dessa obra de Eratóstenes, cf. ROLLER (2010).

³⁷ No que pese as suas variações entre *Geōgraphia* e *Geōgraphika*, ambas estão dentro do mesmo campo semântico.

7.3.10), “*periodos* (περίοδος)” (6.1.2; 10.1.16); e “*periodeia* (περιοδεία)” (2.5.25; 9.5.14)³⁸.

Periēgēsis, além de ser a denominação que ocorre com a maior frequência nessa obra de forma isolada (10)³⁹, também é o termo que possui a etimologia mais particular. Por um lado, ela se assemelha a alguma das demais pela presença da preposição *peri* (περί), a qual indica um sistema fechado que pode ser representado por um movimento circular; por outro lado, o segundo composto do nome indica um verbo de condução (*hēgeomai*), de modo que uma das acepções de *periēgēsis* é justamente algo semelhante a um guia de turismo. Essa consideração é importante pois lança luz não apenas sobre como a obra de Estrabão poderia ser utilizada como um guia de visita para os administradores romanos (DUECK, 2000), mas também sobre como a sua estrutura narrativa teria sido influenciada por esse gênero, uma vez que assim possuiria elementos que seriam mais eficazes para prender a atenção de seu leitor e, assim, transmitir as suas informações de forma mais efetiva (DUECK, 2000). É assim que o geógrafo, já ao fim de seus *prolegômenos* (2.5.18), emprega esse termo para se referir sobretudo às seções descritivas de sua obra, em que dados geográficos e anedotas históricas e mitológicas se mesclam na narrativa. Quanto à sua escala, ela é maleável, uma vez que a *periēgēsis* pode ser referente a uma única península (14.1.1), a todo o território da Armênia (16.1.13) ou mesmo a uma região indefinida, como aquela que está além dos Portões Cáspios (11.12.1), mas ela nunca é equivalente à totalidade do Ecúmeno. Com uma escala semelhante, *periodeia*, cuja etimologia traz uma ideia muito próxima a de “percurso”, é frequentemente empregada junto à palavra *chōra* (χώρα) (2.5.25; 9.5.14; 10.4.15), indicando sua forte associação ao que poderíamos denominar de recorte regional, o que, por sua vez, não impede que os continentes também possam ser o complemento nominal desse termo (2.4.8; 10.5.14). Ainda nesse sentido, a palavra *chōrographia*, ainda que Estrabão apenas a empregue uma única vez para se referir a própria obra (8.3.17), é aquela que melhor enfatiza a escala regional, visto que a sua própria etimologia realça esse enfoque. Assim como *periodeia*, o maior escopo de um texto de *chōrographia* corresponde à dimensão continental (2.4.1), mas, ainda assim, ele é muito mais comum de ser empregado na descrição de um objeto marcadamente regional, como a Ibéria, Índia,

³⁸ Num primeiro momento, optou-se por não realizar a tradução desses termos para não confundir o leitor, visto que o campo semântico deles é extremamente próximo.

³⁹ 2.5.18; 3.4.5; 5.2.1; 7.3.10; 9.2.6; 11.12.1; 12.3.27; 14.1.1; 16.1.13; 17.1.24.

Etiópia, Hélade ou Itália (1.1.16). Por sua vez, *periodos* é um termo que, quando tem como complemento o substantivo terra (*gē*), significa propriamente um gênero literário, o qual veio a ser assimilado pela geografia. Embora o seu texto também possa delimitar-se às regiões (2.4.4; 10.1.16; 12.3.22), os tratados desse gênero costumam descrever todas as regiões do mundo conhecido seguindo um percurso circular, geralmente com o eixo no Mar Mediterrâneo. Muitos autores são reconhecidos por essa façanha, como Hesíodo (7.3.9), Hecateu (12.3.22) e Apolodoro (14.5.22), no entanto, vale destacar que a abrangência possivelmente era muito diversa entre um autor e outro, uma vez que, necessariamente, a cobertura descritiva estava refém do conhecimento disponível à sua época⁴⁰. Finalmente, tem-se a palavra *geōgraphia*, a qual, por mais que seja a dominação que o autor utilizou para cunhar a sua própria obra, não apresenta uma ocorrência destacada (6). Por mais que o próprio Estrabão se refira aos dois primeiros livros da obra, os quais têm um caráter predominantemente teórico e *esquemático*, como *geōgraphia* (15.1.10; 17.1.36), é patente que o autor não pretende estabelecer com isso qualquer divisão em sua obra, ainda mais porque ele tem uma tendência maior de identificar a totalidade de sua obra a partir dessa denominação (1.1.1; 2.1.41; 11.1.5; 17.1.1; 17.1.36). Portanto, em Estrabão, *geōgraphia* não necessariamente aponta para uma seção específica da obra, mas sobretudo para a totalidade dela.

Mesmo com essa pluralidade de denominações, a literatura geográfica acabou por simplificar esse léxico ao favorecer o binômio *geōgraphia* e *chōrographia* como paradigma dessa tradição. Desse modo, o primeiro termo remete a uma abordagem totalizadora do mundo conhecido, enquanto o segundo representa apenas um dado recorte desse todo. Esse processo parece ter sido dinâmico, visto que o geógrafo Ptolomeu (90 – 168 d.C.), nascido pouco menos de 1 século depois da morte de Estrabão, já adotava esse binômio de forma muito mais formalizada e categórica. Assim, por mais que o texto de Ptolomeu tenha em vista uma perspectiva mais cartográfica junto à sua definição, ela é extremamente esclarecedora a respeito dessa tendência (APÊNDICE).

Finalmente, após retomar as duas tendências identificadas na obra de Estrabão e verificar que houve uma catalisação delas no tratado de Ptolomeu sob a

⁴⁰ Vale lembrar que Eratóstenes, pouco menos de dois séculos antes de Estrabão, praticamente não tinha nenhuma informação sobre a Ibéria, Célitica, Germânia e Bretanha, assim como carecia de dados a respeito de regiões do Ponto e até mesmo da Itália (2.1.41).

especificidade da cartografia, é possível afirmar que, justamente desde Eratóstenes, duas grandes tradições coexistem e se retroalimentam nessa literatura. Enquanto os *périplos* e os *períodos gês* representam toda uma antiga tradição geográfica que se esforça para descrever e explicar as regiões conhecidas do mundo à medida que o horizonte cultural helênico se expandia para uma certa universalidade, também surgiu um raciocínio que, aliado ao conhecimento e ao método da astronomia e da geometria, buscava dar consistência a esse apanhado de informações ao sistematizá-las e enquadrá-las dentro de uma matriz que fosse coesiva e coerente. Desse modo, a investigação de novas regiões do Ecúmeno e de seus respectivos fenômenos deixou de ser construída de forma isolada e passou a ser integrada dentro de uma disciplina que permite relacioná-la com diversos elementos e com diversas escalas simultaneamente. Junto a isso, uma vez que esse raciocínio totalizador é responsável pela coesão e pela coerência, o enfoque naturalmente recai sobre o elemento de maior escala dessa investigação, a terra, o que justifica a escolha pelo nome *Geōgraphia*. Além disso, por mais que cada seção da obra apresente uma natureza que, se for conveniente, pode ser melhor classificada como geográfica ou como corográfica, por assim dizer, todas elas sempre terão em algum grau uma conexão entre si, visto que a multiescalaridade jamais pode ser dispensada na ciência geográfica. Dessa forma, por mais que o enfoque dos *prolegômenos* de Estrabão seja marcadamente geográfico, ele frequentemente recorre à narrativa corográfica (1.3). Similarmente, o inverso é igualmente válido, pois, ao descrever uma determinada cidade em sua seção corográfica, o autor precisa situá-la geograficamente, o que, por exemplo, implica considerar a sua disposição latitudinal em relação à matriz do Ecúmeno, tarefa que é obrigatória mesmo quando o próprio autor já parece fatigado de tantos cálculos (14.1.9). E o próprio Estrabão é muito claro ao dizer que, para a sua *Geōgraphika*, tanto a quantidade quanto a qualidade devem ser levadas em conta, de modo que as questões escalares são sempre trabalhadas de forma conjunta (1.1.15; 1.1.17). Consequentemente, em vez de desmembrar uma obra de geografia com base em seções ora mais geográficas, ora mais corográficas, e considerá-la como uma colcha de retalhos entre essas duas modalidades, é antes necessário e prudente reconhecer que aquilo que a ciência geográfica apresenta, por articular conjuntamente essas múltiplas escalas, é justamente uma unidade, a qual é imprescindível para que essa disciplina seja capaz de responder às diferentes questões que ela pretende atender.

3. ESTRABÃO

Por mais que a obra de Estrabão seja um dos raríssimos exemplares da ciência geográfica greco-romana a sobreviver quase que integralmente até a idade contemporânea, esse geógrafo gozou de nenhuma notoriedade, por assim dizer, durante o seu próprio período de vida e, além disso, a sua obra foi citada por apenas 3 autores durante os últimos 5 séculos da Antiguidade Clássica que sucederam a sua morte⁴¹. Consequentemente, as únicas informações a respeito do autor e de seu texto são aquelas que são fornecidas pelo próprio Estrabão no decorrer de sua única obra sobrevivente, a *Geōgraphika*, de modo que até mesmo um sumário a respeito da vida de Estrabão gera um quadro essencialmente parcial. Não obstante, resgatar essas digressões pessoais, bem como alguns nuances escamoteados nas entrelinhas, ainda pode elucidar bastantes as questões que rondam o autor e a sua obra.

Primeiramente, o próprio nome do autor, de certa forma, apresenta alguns mistérios, visto que, nos manuscritos sobreviventes, a sua identificação aparece apenas junto ao título da obra e em mais nenhum outro lugar do texto. Além disso, ao considerar que era comum que helenos adotassem a estrutura tripartite do antropônimo romano após receberam de algum membro da sociedade romana o título de cidadania, Estrabão (Στράβων *Strabōn*⁴²) poderia ser o *cognomen* responsável por atestar tal posição social do autor. Todavia, *Strabōn* também era um nome próprio comum no mundo helênico, sem maiores implicações sociais, de modo que essa ambiguidade impossibilita confirmar o *status* do geógrafo no mundo romano.

Quanto ao ano de nascimento de Estrabão, o autor não fornece nenhuma referência direta, no entanto, o modo como ele emprega advérbios temporais com relação a determinadas referências históricas permite uma estimativa satisfatória. Uma vez que alguns eventos são qualificados como “pouco antes de nosso tempo”, verifica-se que tal expressão delimita acontecimentos não posteriores aos anos 64/63 a.C., o que indica que o autor provavelmente teria nascido entre esse intervalo de anos.

⁴¹ Os autores que citam diretamente a obra geográfica de Estrabão são Ateneu de Náucratis, Harpocraton e Sócrates de Constantinopla.

⁴² A origem desse nome deriva do adjetivo helênico στραβός (*strabos*), o qual foi incorporado como *strabus* pela medicina latina para descrever a condição do estrabismo.

O autor (12.3.15 e 39) menciona a sua terra natal como sendo Amásia (*Amaseia*)⁴³, a capital do Reino do Ponto à época de seu nascimento e, em consonância com a política mitridática, um importante eixo de irradiação da cultura helênica. A família materna de Estrabão gozava da posição de nobreza desde pelo menos o reinado de Mitrídates V, visto que Dorilau, um dos bisavôs de sua mãe, é descrito como um general de confiança do rei (10.4.10). Todavia, no governo seguinte, ainda que uma parte de sua família tenha se mantido fiel ao governo, como Moafernes — um dos tios paternos de sua mãe e governador da Cólquida (11.2.8) —, uma outra se aliou aos romanos e tramou uma série de traições contra a monarquia local. Primeiramente, Dorilau, o sobrinho do Dorilau mencionado anteriormente, passou a conspirar contra o Mitrídates VI, mesmo após receber deste uma série de honrarias, e foi executado por essa razão (12.3.33). Em segundo lugar, o avô do geógrafo, ressentido com a execução de seus familiares e prevendo a iminente queda do reinado, entregou catorze fortalezas para o general Luculu com a garantia de que seria recompensado por tal traição, promessa que jamais viria a ser cumprida (12.3.33).

Do mesmo modo, Estrabão também deixa em sua obra algumas pistas com as quais é possível reconstruir parte de seu percurso biográfico e intelectual até a publicação de sua obra. Ainda que seja possível conjecturar uma diversidade de ocupações⁴⁴, a hipótese mais segura de se considerar é que o autor teria dado continuidade ao aprendizado de certas disciplinas e, após passar uma vida inteira estudando-as, ele enfim teria assumido a posição de mestre e passado a lecioná-las na capital romana. Tais matérias, portanto, correspondem mais àquelas direcionadas aos homens letrados do mundo helênico — como é o caso da gramática — e menos àquelas disciplinas que vieram a ser matéria de seus escritos, como a história e a geografia. Pois, ainda que a literatura geográfica estivesse bem estabelecida ao tempo de Estrabão, não havia por trás uma educação objetivamente geográfica para a constituição de uma formação por excelência. A bem da verdade, tendo em vista a declaração dada pelo próprio autor na introdução de seu texto (1.1.20–23), é justamente a sua obra que viria a cumprir tamanha função, em especial a de instruir os políticos e os cidadãos educados na matéria da geografia.

⁴³ A atual cidade de *Amasya*, na Turquia, que está localizada próxima ao litoral setentrional da península anatólica.

⁴⁴ O conhecimento avançado de geologia do autor poderia indicar, por exemplo, que o autor teria se ocupado de atividades de mineração (ROLLER, 2014).

O relato pessoal mais antigo de Estrabão remete aos seus estudos com Aristodemo, o velho (14.1.48), na Nísa sobre o Meandro, quando o autor ainda era muito jovem. Ao considerar que a família de Estrabão se encontrava numa situação conturbada após trair a monarquia mitridática, é possível conjecturar que a família do geógrafo abandonou a capital do Reino do Ponto e escolheu emigrar para essa cidade, a qual, por representar um importante centro intelectual e por já ter sido estabilizada pelo domínio romano, poderia propiciar um futuro para o seu filho (MADSEN, 2017). A escola de Aristodemo, assim outras diversas espalhadas pelo mundo helênico, tinha como foco o estudo dos épicos homéricos com base na gramática, de modo que Estrabão teria aprendido ali os seus primeiros ensinamentos a respeito da obra do poeta e, assim, foi influenciado a conferir a Homero um papel central em seu modelo de geografia (DUECK, 2000). Por mais que, inicialmente, não seja evidente para um leitor moderno a importância da gramática para a ciência geográfica, ela era essencial para um autor se situar dentro desse debate. Assim como mencionado anteriormente, a poesia homérica era um dos principais eixos pelo qual a sociedade helênica se articulava, sendo ela também responsável por apresentar um determinado modelo de *cosmo*. Consequentemente, uma vez que essa poesia mobilizava e guiava os principais questionamentos dentro das tradições literárias helênicas, era preciso que um autor se manifestasse sobre ela com base na gramática, podendo ele defendê-la, como era comum à escola de Pérgamo, ou mesmo questioná-la, como era frequente à escola de Alexandria. Vale acrescentar que os primeiros contatos de Estrabão com o estoicismo provavelmente vieram de suas aulas com Aristodemo, uma vez que esse era neto de Possidônio, o qual, além de representar uma importante referência para essa escola filosófica, também realizou importantes contribuições à geografia que seriam retomadas por Estrabão. Com base na reconstrução cronológica feita por Potheary (2011), o próximo passo do geógrafo se deu em direção à capital romana, entre as décadas de 40 e 30 a.C., tendo em vista o estudo com o filósofo aristotélico Tirânio, o velho (12.3.16). Tendo nascido na cidade de *Amiso* (Ἀμισός), no Reino do Ponto, esse erudito, após ser capturado como escravo durante as guerras mitridáticas, se tornou um mestre de gramática e de filosofia em Roma. Com base numa carta pessoal escrita por Marco Túlio Cícero (*Att.* 26 II. 6. ed. Shackleton Bailey), é possível conjecturar que Tirânio teria sido o homem responsável por apresentar os estudos de geografia para Estrabão, visto que o orador romano considerou naquela carta que Tirânio era uma autoridade dessa disciplina (JONES,

1917). Além dos mestres já mencionados, o geógrafo também foi aluno de outros dois filósofos: Xenarco, da Selêucia Cilícia (14.5.4), e Boeto, de Sídon (16.2.24), os quais representaram, cada um ao seu próprio modo, importantes referências à filosofia de Aristóteles dentro dos círculos intelectuais romanos.

Além de ser reconhecido por sua obra de geografia, Estrabão também foi um historiador, atribuição pela qual ele teria sido mais bem conhecido na antiguidade clássica, visto que, durante esse período, as suas contribuições historiográficas foram citadas pelo menos 12 vezes por autores como Flávio Josefo, Plutarco e Tertuliano (SØRENSEN, 2017). No decorrer de sua *Geōgraphika*, Estrabão remete à sua produção historiográfica por três nomes distintos, a saber: *Comentários Históricos* (*hypomnēmata historika*) em 1.1.23; *Feitos de Alexandre* (*Alexandrou praxeis*) em 2.1.9; e *Eventos pós-Políbio* (*ta meta Polybion*) em 11.9.3, sendo este o título do livro de Estrabão mencionado na Suda π 1941 como sendo composto por um total de 43 livros. Por mais que seja possível argumentar que cada um desses três nomes corresponderia a uma obra distinta, Estrabão não dá nenhum indício dessa prodigalidade, mas muito pelo contrário (1.1.23), de modo que é mais sensato considerar que se trataria de uma única obra, sinteticamente denominado de *Comentários Históricos* (11.9.3), como argumenta Malinowski (2017, p. 339–341). No que pese a maior fama de seu texto historiográfico, ele não sobreviveu ao tempo e o que restou são apenas os fragmentos deixados por aqueles autores, de modo que, atualmente, o autor é mais reconhecido por sua última empreitada, a *Geōgraphika*.

Além dessas atividades puramente intelectuais, a vida de Estrabão também foi complementada por algumas viagens. Elas são um tópico significativo na vida de Estrabão porque o autor se vangloria muitíssimo de ter sido, segundo ele próprio, o geógrafo que cobriu a maior extensão de todo o mundo habitado (2.5.11), a qual pode ser representada por um triângulo formado pelas cidades de Amásia, Siena (2.5.12) e Poplônio (5.2.6). Dentro dessa área, Estrabão explicitamente alega ter visitado por volta de 20 locais, no entanto, ao considerar que o autor pode ter empregado verbos e expressões mais vívidas para descrever outros lugares em que ele esteve, mas preferiu não declarar a sua presença, aquele número pode até mesmo dobrar (DUECK, 2000). E, dentre as suas viagens mais bem descritas, está aquela que ele realizou junto a Élio Galo, então governador do Egito e seu amigo íntimo, até as fronteiras da Etiópia, durante uma expedição militar (2.5.12).

Por fim, com base num raciocínio bem semelhante àquele usado para supor o nascimento do geógrafo, a data de seu falecimento teria ocorrido por volta do ano 23/24 d.C., uma vez que o último evento registrado na obra é a morte do rei da Mauritânia, Juba II. A associação entre a data da morte do geógrafo e os últimos fatos mencionados na sua obra é razoável de ser estabelecida porque há evidências de que o autor teria morrido sem antes ter feito uma revisão definitiva dela (ROLLER, 2017), como será mais bem argumentado no próximo capítulo.

4. OBRA

4.1. Estrutura

Historicamente, a obra de Estrabão já foi referenciada por meio de três denominações, *Geōgraphika* (Γεωγραφικά), *Geōgraphoumena* (Γεωγραφούμενα) e *Geōgraphia* (Γεωγραφία), mas, ao analisar a tradição textual dela, o título com o qual ela foi consagrada é o primeiro, de modo que ele acabou sendo a denominação que aparece nos principais manuscritos medievais (AUJAC, 1969). Por se tratar de um adjetivo, poder-se-ia imaginar que um complemento é subentendido, de forma que a tradução poderia ser “Comentários geográficos”, de modo semelhantemente ao que acontece com a obra de história desse mesmo autor. No entanto, como o grego antigo não exige um substantivo para essas formações adjetivas (RADT, 2006), a obra pode ser traduzida para o português como “Geográficas”, ou simplesmente como “Geografia”, sendo esta a forma mais habitual de identificá-la em nossa língua. Seja qual for o seu nome, junto aos trabalhos de Ptolomeu, Pompônio Mela, Pausânias e Plínio, o velho, a obra de Estrabão é um dos grandes compêndios do pensamento geográfico da antiguidade clássica que sobreviveu até o período da modernidade⁴⁵. Ao ter como contexto a tendência universalizante que havia surgido nas obras de história desde Éforo, bem como a expansão dos horizontes de pesquisa propiciada pela unificação política da *Pax Romana*, Estrabão revoluciona a literatura geográfica e realiza o seu tratado em uma escala inédita de ser trabalhada. Redigida em 17 livros e contando com um total de palavras que ultrapassa a cifra das 377.000, a *Geōgraphika* se destaca sobre a demais não apenas pela sua extensão incomparável,

⁴⁵ Como mencionado anteriormente, pouquíssimas foram as obras de geografia que não vieram a se fragmentar até a modernidade. A bem da verdade, parece que já na Antiguidade Clássica as obras geográficas como um todo apresentavam uma taxa de obsolescência alta, visto que até Eratóstenes tinha a atualidade de seus modelos contestada (MORET, 2017).

mas também por conter a pretensão de descrever todas as porções então conhecidas Ecúmeno.

Por mais que na obra haja evidências de que o geógrafo teria morrido antes de realizar uma revisão, a coerência e coesão internas dela são tão notáveis que é válido conjecturar que, na realidade, ela estava passando por uma segunda revisão, na qual atualizações e correções começavam a ser implementadas (SYME, 1995)⁴⁶. Como já comentado anteriormente, Estrabão não gozou de nenhuma fama durante a antiguidade clássica e a primeira citação à sua obra geográfica surge com a figura de Ateneu, de Náucratis, em sua obra *Jantar dos Sofistas* (*Deipnosophistai*), praticamente dois séculos após a morte do geógrafo. Além do mais, tanto na obra de Ateneu como nas demais, as citações a *Geōgraphika*, além de serem muitíssimo pontuais, têm um tom muito mais anedótico do que qualquer outro (SØRENSEN, 2017). Ainda nesse sentido, muito tem-se especulado a respeito da anonimidade da obra durante esse período, sendo possível concluir que ela poderia jamais ter sido publicada⁴⁷ ou mesmo que ela seria considerada desatualizada, visto que textos de geografia, num geral, sofreriam de uma alta taxa de obsolescência⁴⁸. Entre o fim da antiguidade tardia e o início da Idade Média, a obra continuou a ser empregada como um texto de consulta por diversas outras figuras, destacando-se algumas personalidades bizantinas tais como Estêvão de Bizâncio (séc. VI) e Fócio de Constantinopla (séc. IX). No entanto, ainda assim quase nenhum registro escrito dessa mesma época sobreviveu ao tempo, salvo alguns esporádicos papiros e um único palimpsesto (**P** ou **Π**), cujo pergaminho original remonta ao século V e cujo conteúdo só veio a ser revelado no século XX. Após tanto tempo circunscrita ao Mediterrâneo Oriental, a obra faz o seu caminho pelo ocidente a partir de João Aurispa, quando, em 1423, ela foi trazida de Constantinopla junto a uma carga de 230 manuscritos para a península itálica (DALCHÉ, 2017). Possivelmente, é a partir dessa cópia que o grosso da tradição textual se estabeleceu, tendo como base 4 códices primários (**A**, **B**, **C** e **D**), os quais surgem num período entre o século X e o XIV e se diferenciam em certo grau dos códigos secundários porque estes costumam

⁴⁶ Para uma análise mais detalhada desse imbróglio, cf. Dueck (1999).

⁴⁷ Com base na hipótese de Syme (1995), Roller (2014) sugere que a obra não teria sido publicada porque o autor teria morrido numa província periférica.

⁴⁸ Fato que não seria espantoso ao considerar que até Eratóstenes e Pausânias também foram pouco citados nessa mesma época (ROLLER, 2015).

apresentar uma série de emendas arbitrárias elaboradas por copistas renascentistas (NICOLAI, 2017).

Voltando à estrutura da *Geōgraphika*, é forçoso lembrar que, assim como consta nos manuscritos, a obra não possui uma divisão muito clara, de modo que as divisões com as quais estamos acostumados, como a de Louis-George Oudart Feudrix de Bréquigny, são meras aproximações. No entanto, além de ser possível identificar que o próprio autor tinha em mente um estrutura bem arquitetada para organizar os seus comentários, é possível notar que essa obra também está dividida conceitualmente em duas seções distintas com base no tipo de linguagem utilizada pelo autor, bem como nos seus respectivos enfoques. A primeira parte, denominada *prolegômenos*, engloba o Livro I e II e apresenta aquilo que pode ser identificado como a seção mais teórica do tratado. Nesse primeiro momento, Estrabão descreve o que é geografia, justifica o seu estudo, identifica o propósito dessa disciplina, apresenta os seus principais aportes teóricos e metodológicos, realiza um juízo críticos deles e, por fim e não menos importante, faz um grande sumário sobre a geografia do Ecúmeno, ao empregar cálculos oriundos da geometria e da astronomia. Com base naquilo que Ptolomeu afirma na sua introdução apresentada por nós (APÊNDICE), poder-se-ia dizer que esta é por excelência a seção geográfica da obra de Estrabão, uma vez que ela trabalha com uma escala global, se preocupa com o arranjo geográfico mais geral das grandes regiões em relação ao Ecúmeno e tem os cálculos matemáticos como imprescindíveis para a sua execução dessa tarefa. Findado os *prolegômenos*, quanto ao restante da obra, correspondente a tudo o que está escrito entre o Livro III e o XVII, o autor realiza uma sequência de descrições que transitam entre a escala do local e do regional, ora descrevendo os atributos de uma cidade, ora a característica e a disposição de uma cadeia de montanhas. Com base num movimento horário que tem o seu eixo no Mar Mediterrâneo e que começa a partir da porção europeia do atualmente denominado Estreito de Gibraltar (as antigas Colunas de Hércules), Estrabão delimita as suas grandes regiões e então passa a descrevê-las em sequência. Por mais que o autor não estabeleça explicitamente uma divisão própria para cada uma delas, ele ainda assim, através de seus comentários, demonstra um ótimo senso de organização e de distribuição (POTHECARY, 2017), de modo que cada divisão de sua análise está posta de maneira coerente com o restante da obra. Dessa maneira, considerada tais divisões, ele realiza as seguintes descrições: a Península Ibérica no Livro III; a Gália no Livro IV; a Península Itálica e

as suas maiores ilhas nos Livros V e VI; alguns território germânicos e a Trácia no Livro VII⁴⁹; a Grécia e as regiões helenizadas do Egeu entre os Livro VIII e X; a “Ásia Continental” no Livro XI; a Península Anatólica do Livro XII ao XIV; o Hindustão no Livro XV; as regiões entre Pérsia até o Oriente Próximo no Livro XVI; e, por último, os territórios do Egito até a Mauritânia no Livro XVII.

4.2. Recepção

Por mais que não haja uma obra definitiva sobre a recepção da *Geōgraphika*, ainda é válido citar alguns apontamentos parciais sobre esse aspecto, sobretudo porque a sua recepção ajuda a elucidar o importância de Estrabão na própria história do pensamento geográfico. Como mencionado anteriormente, a proliferação de manuscritos da *Geōgraphika* só veio a acontecer quando João Aurispa fortaleceu o fluxo bibliográfico de Constantinopla para as cidades italianas do renascimento. Ao ser recepcionada em um universo intelectual em franca expansão, a obra de Estrabão acabou por receber um grande prestígio justamente por apresentar uma perspectiva totalizante de mundo e por se dispor a uma classe governante intelectualizada (DALCHÉ, 2017). Não obstante, o movimento de expansão nesse momento não era apenas intelectual, visto que, simultaneamente, ele também era acompanhado de um alargamento das próprias perspectivas geográficas. Seja para auxiliar na reordenação do mundo cristão no Concílio de Ferrara-Florença de 1439, através das indicações feitas por Gemisto Pletão (GOLDSTEIN, 1965), seja como fonte literária dos grandes navegadores para refletirem sobre uma cosmovisão em expansão⁵⁰, o ressurgimento de Estrabão como um autor relevante não foi fortuito durante o Renascimento e marca uma importante fase de sua recepção. Concomitantemente, a *Geōgraphika*, por ter a pretensão da polimatia, veio a ganhar os holofotes nas mais diversas áreas do saber e, como o modelo de leitor esperado por Estrabão encaixava com certa comodidade na visão do *homo universalis* renascentista, a própria disciplina geográfica passou a receber cada vez mais prestígio como um instrumento pedagógico (DALCHÉ, 2017).

⁴⁹ Esta é a única seção do tratado que sofreu grandes perdas, de tal maneira que o conteúdo do final deste livro só pode ser suplementado por comentários sumários realizados por Estefano.

⁵⁰ Embora a *Geōgraphika* não seja mencionada diretamente, essa obra muito provavelmente foi uma fonte de reflexão para Cristóvão Colombo, visto que um de seus filhos, Fernando Colombo, era versado no geógrafo de Amásia (DALCHÉ, 2017). Da mesma forma, Paolo Toscanelli, um importante correspondente do navegador, informava-lhe de formulações fortemente associadas à estrutura de mundo estabelecida por Estrabão, as quais teriam influenciado fortemente Colombo (GOLDSTEIN, 1965).

Todavia, o interesse mobilizado sobre a *Geōgraphika* pelos séculos que se seguiram invariavelmente começou a perder o seu fôlego, de modo que o estudo da obra passar a ser, de certa forma, quase que uma exclusividade dos estudos clássicos. Dada a maturação das ciências modernas e as reformulações necessárias para esse enquadramento, restou à obra de Estrabão pouco espaço no debate acadêmico de sua própria disciplina. Dessa forma, especialmente no campo da geografia, as contribuições do nosso geógrafo foram consideradas obsoletas, infrutíferas e, no melhor dos casos, anedóticas. A bem da verdade, esse foi o destino que todos os geógrafos pré-modernos sofreram e que só iria ser transgredido a partir da metade do século XX. Passado aquele período de estagnação, a geografia antiga começou a receber novamente a atenção dos pesquisadores para além dos estudos clássicos (MORA, 2021) e Estrabão, pela monumentalidade e pluralidade de sua obra, passou a receber um reconhecimento renovado e crescente, de modo que os frutos dessa retomada ainda estão longe de serem esgotados (PONCE, 2021).

Quanto ao caso particular do Brasil, a obra de Estrabão só veio a ganhar uma recepção significativa em meio às publicações acadêmicas nacionais nos últimos anos, especificamente a partir de fins da primeira década do século XXI. Todavia, esse esforço ainda está em fase inicial de maturação, tanto que o caráter desses trabalhos está majoritariamente ligado ao escopo historiográfico e ao formato de artigo, sendo, portanto, pertinente a abertura desses estudos também no campo geográfico.

5. A GEOGRAFIA EM ESTRABÃO

5.1. Embasamento filosófico

Assim como foi feito para compreender a origem da ciência geográfica, o mesmo deve ser feito para compreender o pensamento geográfico de Estrabão, ou seja, é preciso antes analisar a sua orientação filosófica. Embora Estrabão tenha sido educado por grandes mestres da filosofia aristotélica e tenha entrado em contato com as melhores edições dos textos dessa escola que estavam disponíveis em sua época (13.1.54), a sua orientação se manteve marcadamente estoica e ele faz questão de explicitar essa adesão em diversas passagens da obra, sobretudo ao empregar o pronome possessivo para se referir a Zenão de Cítio (1.2.34; 16.4.27). Do mesmo modo, por mais que o nosso geógrafo não se mostre limitado apenas ao estoicismo e de fato tenha manipulado conceitos e teorias dessa escola para que eles melhor se encaixassem com o propósito geográfico de sua própria obra (HATZIMICHALI, 2017),

é patente que essa escola filosófica foi responsável por influenciar o autor nas questões mais fundamentais de seu método. Afinal, até mesmo Possidônio, uma das figuras mais proeminentes do pensamento estoico, é acusado de escorregar em vícios aristotélicos ao se concentrar excessivamente sobre o estudo das causas dos fenômenos, e não se contentar em apenas contemplá-los e descrevê-los (2.3.8). Dessa forma, para entender a geografia de Estrabão, antes se faz necessário compreender como os princípios do estoicismo influenciaram o pensamento geográfico do nosso geógrafo.

Primeiramente, o fato de os estoicos reconhecerem que a poesia é uma espécie de filosofia primeira reafirma a função recreativa dessa arte ao mesmo tempo que também a coloca numa posição privilegiada em relação à sua função instrutiva no campo da moral e das ações. Junto a isso, ao ressaltar o aforismo estoico de que “só é sábio quem também é poeta” (1.2.3), Estrabão, ao mesmo tempo que justifica a função pedagógica da poesia para os jovens, também valida as informações dispostas nessa forma de arte para todos (8.3.23). No entanto, para que essa última conclusão seja absolutamente válida, Estrabão precisou antes estabelecer que a excelência poética não se limita ao caráter meramente estético ou moral, uma vez que um grande poeta como Homero já tem consigo todas as qualidades de um bom geógrafo, a saber: **a.** o zelo pelos fatos (*philopragnosynē*) (1.1.7); **b.** uma ampla erudição (*polymathes*) (1.2.20); e **c.** o gosto por viajar (*philekdēmos*) (1.2.29)⁵¹. É com base nessas considerações que o geógrafo de Amásia confere às poesias de Homero, que é o maior dos poetas (1.1.2), uma posição de enorme prestígio em relação ao fornecimento de informações geográficas, mesmo quando há fontes mais atualizadas sobre um determinado lugar (8.3.3; 8.3.7; 8.6.2).

Além da centralidade em Homero, o estoicismo também inspirou Estrabão a utilizar uma série de recursos literários na sua obra. Ele percebe que a geografia é um ótimo meio para desenvolver em seus leitores uma postura de impassibilidade (*athaumastia*) frente às adversidades da vida. Isso é especialmente possível com a geografia porque essa disciplina permite relatar e explicar uma variedade de fenômenos impressionantes — como inundações, erupções e terremotos — de tal modo que alguém habituado com essa leitura seria menos ignorante sobre o mundo e lidaria melhor com a instabilidade da vida (1.3.16). Dessa forma, ao se informar

⁵¹ Cf. KIM (2007) para uma análise pormenorizada das últimas duas qualidades.

sobre as transformações geográficas, o seu leitor adquiriria cada vez mais confiança (*tēn pistin*) nos trabalhos da natureza (*tēs physeōs ergōn*) e nas demais mudanças que resultam deles (1.3.17). Além disso, com base numa inclinação estoica por vezes ignorada, Estrabão também insere em sua obra várias histórias que facilmente seriam acusadas de mito. No que pese sua forte crítica às histórias fabulosas em benefício dos relatos históricos (1.1.19), Estrabão acaba por conceder espaço para tais narrativas em várias passagens de sua obra. Os motivos para essa concessão são diversos e o autor inclusive faz questão de justificar alguns deles: **a.** até mesmo mitos que soam muito irrealistas podem conter informações geográficas verdadeiras, como ocorre nos épicos homéricos, de modo que é oportuno realizar uma exegese deles (1.1.6)⁵²; **b.** os mitos heroicos causam deleite não apenas aos jovens, mas também aos homens de ação (1.1.19); **c.** as suas histórias são didáticas, inspiradoras e incentivam a reflexão (1.2.8); e **d.** mitos fundadores helênicos são relevantes por poderem explicar a origem e a identidade das comunidades que estão inseridas dentro dessa malha cultural (PATTERSON, 2017), assim como também permitem estabelecer um sistema temporal (CLARKE, 1999). Dessa forma, o problema não é intrínseco ao relato mítico, mas está localizado na confusão e no entrelaçamento dele junto aos relatos históricos.

Uma outra influência da filosofia estoica sobre Estrabão diz respeito à escolha dos objetivos de sua própria obra, uma vez que os benefícios práticos e políticos que ela deve apresentar para o homem político e para o líder militar são suas principais diretrizes (1.1.21). O estoicismo, o qual inicialmente já possuía um caráter fortemente prático, tem esse pragmatismo maximizado no contexto romano de tal maneira que essa filosofia se torna sinônimo para a resolução das questões da vida cotidiana. Em um paralelo com a filosofia política, a qual serve aos governantes, Estrabão acredita que a geografia, por sua vez, está posta a serviço do exercício do governo e de suas práticas (1.1.16; 1.1.18). Não são poucas as vezes que o autor salienta essa sua orientação, de modo que é ela que fica responsável por balizar a escolha por um determinado assunto (1.1.23) ou a extensão dele (14.5.2). Por exemplo, em uma dada passagem de sua obra (3.4.7), Estrabão demonstra claramente a proficuidade do

⁵² No geral, Estrabão reconhece que o conhecimento geográfico pode estar amalgamado no discurso mítico ou em anedotas, de modo que o primeiro pode ser explicado pelos segundos, no entanto, isso nem sempre é válido, sobretudo quando certas exegeses se tornam mais absurdas do que a própria fantasia (4.1.7)

raciocínio geográfico nos assuntos políticos, quando ele ressalta a potencialidade que a cidade de Tarraco tem para ser uma metrópole governamental para ambas as margens do Rio Ebro. De modo geral, é possível dizer que essa perspectiva pragmática é tão forte que ela invariavelmente se impõe sobre o rigor científico, de modo que Estrabão acaba por simplificar uma série de teorias para que elas sejam compreensíveis ao seu leitor alvo (AUJAC, 1969).

Além dos pressupostos estoicos, Estrabão demonstra claramente em sua obra aquilo que pode ser chamado de modelo expositivo. Primeiramente, por mais que seja desejável um certo nível de polimatia ao geógrafo, ele não deve decorar ou fornecer informações geográficas muito pormenorizadas a respeito dos locais que ele descreve nem sobre a configuração celeste que lhe é correspondente, afinal, nem o propósito de seu trabalho exige isso (1.1.21) nem ao geógrafo é possível saber de tudo (1.1.16). Consequentemente, o autor reconhece que, para esse tipo de pesquisa geográfica, é concedida a omissão de certos dados (1.1.10). Ao fim da primeira introdução da obra (1.1.23), Estrabão reafirma o seu objetivo ao comparar a *Geōgraphika* com os colossos, pois, assim como essa escultura, o seu texto é um tipo de obra colossal (*kolossourgia*), visto que a apreciação dela deve visar a construção como um todo (*katholou*) e a sua avaliação se deve a como esse todo (*to holos*) está articulado⁵³. Portanto, a sua obra se refere apenas às grandes coisas (*ta megala*) e à totalidade (*ta hola*), ao descartar as questões mais irrelevantes e desconhecidas aos homens de destaque (*andres en tais hyperochais*) e dedicar-se naquelas que são estimadas e grandiosas, nas quais estão dispostas informações práticas, dignas de lembrança e agradáveis, sendo oportuno recorrer aos detalhes apenas quando puder despertar o interesse daqueles homens (1.1.23). É dessa forma que a multiescalaridade aparece em Estrabão, pois, ainda que a sua lente sempre esteja regulada pela escala global, os detalhes necessários aos grandes comandantes exigem que o autor, com certa autonomia, ora faça aproximações, ora distanciamentos de escala, de modo a melhor acomodar as informações que ele pretende dispor. Não obstante, por mais que já tenha sido cogitado que a *Geōgraphika* teria sido acompanhada de mapas, hoje é consenso que a sua obra independe de recursos visuais, e esse fato se dá não apenas pela ausência de evidências que corroboram aquela hipótese, mas também pela

⁵³ Potheary (2005) argumenta que essa comparação não é literariamente fortuita, pois evidenciaria o viés do autor em colocar a cultura helênica como padrão estético, afinal, as estátuas colossais são por excelência um marcador dessa cultura.

forma como o autor constrói a sua narrativa (DUECK, 2010). A linguagem geográfica de Estrabão é rica em detalhes, de modo que a forma como ele relaciona escalas e transpõe diferentes regiões produz uma imagem integrativa e coerente. De qualquer modo, o autor não negligencia o fundamentalidade da linguagem da cartografia para o geógrafo, pois, além de discutir os tipos de projeções para melhor representar o mundo habitado (2.5.1), ele também afirma que, com base no tipo de leitor almejado, é próprio do geógrafo “expor da forma mais simples possível forma (*schēma*) e grandeza (*megethos*), aquilo que se precipita no mapa geográfico, ao mostrar simultaneamente o seu tipo de natureza e à qual parte de toda a terra ele pertence” (2.5.13). Todavia, mesmo considerando esses comentários e conjecturando que Estrabão possivelmente utilizou-se de mapas para escrever a sua descrição do Ecúmeno (2.1.1; 2.1.34), é perceptível que o seu texto foi idealizado para ser independente desse tipo de representação, inclusive lançando mão de estratégias mnemônicas e analogias simbólicas para tornar o processo de apreensão espacial ainda mais didático para o seu leitor (MORET, 2017).

5.2. Cosmologia

Dado que o seu propósito filosófico e literário já foi considerado, cabe agora esmiuçar a compreensão que Estrabão tem da própria geografia, no entanto, o autor afirma que, antes de partir para a narrativa geográfica, é necessário revisar certos pressupostos, os quais, segundo o próprio autor, são extremamente necessários para a construção do raciocínio geográfico, fato que nos leva a analisar, em primeiro lugar, as suas concepções cosmológicas (2.2.1; 2.5.1). Por um lado, ele não divaga muito sobre a cosmologia que ele adota, visto que o escopo de sua obra não exige tal digressão, por outro lado, ainda assim é possível delinear essa compreensão a partir de comentários bem sumários que estão presentes em algumas raras digressões. Com base na *physika*, Estrabão reconhece com clareza pelo menos dois grandes postulados dela que são imprescindíveis para a geografia, a saber, a esfericidade do *cosmo* e a atração em direção ao meio. Embora enuncie cada um deles repetidas vezes em seu tratado, Estrabão considera que o seu leitor já deve ter tais postulados como pressupostos antes de iniciar o estudo em geografia (1.1.20), de modo que o autor não se sente na necessidade de fornecer maiores detalhes sobre eles. Quanto ao primeiro, um problema de formalização parece surgir, pois Estrabão, num primeiro momento, não deixa claro qual é a conceituação de *cosmo* (*kosmos*) que ele utiliza

na sua obra. É somente no início da denominada “segunda introdução” (2.5.2) que o autor categoricamente diferencia *céu* (*ouranos*) de *cosmo*, ao declarar que aquele é responsável por mover as estrelas fixas, enquanto este corresponde aproximadamente ao *universo* e revoluciona os demais astros. Quanto ao segundo postulado, o geógrafo ora menciona uma atração em direção ao *meio* (*meson*) (1.1.14), ora uma ao *centro* (*kentron*) (1.3.11), o que demonstra ou uma carência de rigor ao tratar desses tópicos, ou que se trata de fenômenos diferentes.

Ainda que a importância dos princípios cosmológicos seja mais clara para o desenvolvimento de teorias geográficas de teor mais físico e geral, ela também se faz presente para compreender as ideias de harmonia que incidem na distribuição das entidades no espaço terrestre, pois, uma vez que tais atributos de esfericidade e centralidade estão atribuídos com base na terra, existe uma continuidade deles com relação ao arranjo da geografia terrestre. Todavia, antes disso, é preciso esclarecer que, especialmente para os estoicos, a organização da terra também não é ocasional, mas fruto de uma ordem superior. Consequentemente, esses filósofos identificam a natureza como um agente que, de forma racional, distribui os seus diferentes fenômenos da maneira mais lógica possível (4.1.14); sendo essa uma espécie de providência divina, a qual é denominada *pronoia* (πρόνοια). No entanto, por mais que natureza (*physis*) e a *pronoia* costumem ser equalizadas sob uma mesma identidade nos cânones da tradição estoica, visto que a primeira seria confirmada pela última, Estrabão assume uma postura no mínimo ambígua quanto a essa consideração, inclusive criticando-a (2.3.7): de forma categórica, o geógrafo questiona Possidônio e argumenta que a disposição (*diataxis*) dos continentes e a diversidade de plantas e animais resultante dela, do mesmo modo que a variação (*diaphora*) de povos e linguagens, não estão subordinadas a uma ordenação inteligente (*pronoia*), mas são produto do imprevisto (*periptōsis*) e do acaso (*syntychia*). Ainda assim, em um outro momento (17.1.35–6), o geógrafo tece uma longa digressão cosmológica para explicar que as constantes transformações da geografia de um local e a disposição de seus fenômenos são produtos das ações da *pronoia*, no entanto, adotando uma posição inusitada ao estoicismo, o geógrafo não as descreve como coincidentes com as ações da natureza, mas como justapostas a estas e, inclusive, afirma que cada uma delas possui atribuições distintas. De qualquer modo, na maioria das ocorrências, Estrabão identifica a *pronoia* como as ações dos próprios humanos, de modo que, semelhante à administração (*epimelētēs*) e à racionalização (*logismos*), ela corresponderia a um

tipo de raciocínio estratégico e interventivo típico dos líderes de grandes impérios (HATZIMICHALI, 2017). Não obstante, se ainda for possível atribuir à *pronoia* uma qualidade intrinsecamente divina, seria necessário reconhecer que o geógrafo veria no próprio imperador Tibério a manifestação desse princípio organizador, quase como uma personificação divina (12.8.18; 13.4.8). De fato, Estrabão é muito enfático ao evidenciar que, para ele, o Império Romano é o agente universal e totalizador que é responsável por conferir paz e ordem para o mundo habitado (5.3.8), fato que está em consonância com aqueles princípios cosmológicos de totalidade e centralidade que são característicos do estoicismo (AUJAC, 1983). De qualquer modo, como assinalado anteriormente, a associação que Estrabão realiza entre a *pronoia* e as intervenções humanas, como um todo (12.3.11; 12.3.39), é mais recorrente do que as demais, de modo que, na *Geōgraphika*, são as ações humanas e as suas consequências aquelas que devem receber maior atenção. Consequentemente, fica evidente que Estrabão manipula o conceito de *pronoia* dos estoicos de tal forma que ele se torna geográfico e passa a corresponder ao objetivo de sua obra.

Do mesmo modo que a organização dos continentes não segue uma ordenação divina (*pronoia*), também a distribuição de grandes impérios e tribos não está determinada por fatores transcendentais. Embora, ao contrário de Heródoto⁵⁴, Estrabão não veja nas benesses do clima e do solo uma propensão para um modo de vida indolente, mas, pelo contrário, identifique nessas vantagens geográficas uma das causas responsáveis por fazer o Império Romano alcançar tamanha hegemonia, o autor é extremamente cauteloso para tecer essas relações. Ainda assim, Estrabão não se desprende completamente das abordagens de Heródoto, visto que, por um lado, o nosso geógrafo também argumenta que uma terra pobre gera um povo propenso às armas. Paralelamente, por outro lado, ele também estabelece que uma região favorecida (*eudaimōn chōra*) — ou seja, aquela que possui um clima regular e bem temperado (*homalē kai eukratos chōra*) — gera um povo propenso às colheitas, às artes e ao cultivo da índole (2.5.26). Não obstante, ao final dessas considerações, Estrabão chega à conclusão de que, em conjunto, esses dois tipos de civilização apresentam qualidades complementares, sendo proveitoso que ambos compartilhem

⁵⁴ Vale ressaltar que, se o determinismo puramente climático em Heródoto é capcioso (Hdt. 1.142–3), o geográfico não o é, ao considerar a máxima de Ciro de que “homens brandos surgem de terras brandas, pois não é próprio do mesmo solo germinar frutos excelentes e homens bons nos afazeres bélicos” (Hdt. 9.122).

das suas respectivas vantagens um com o outro. Adiante, o autor deixa mais claro o seu raciocínio, ao esclarecer que o primeiro tipo representa os povos das montanhas, enquanto o segundo corresponde aos povos das planícies, de modo que a Europa, por sua configuração geográfica mais heterogênea, seria um palco muito propício para essa simbiose (2.5.18). Aprofundando essa mesma lógica, Estrabão reconhece que, dentre todas as regiões do Ecúmeno, a península itálica se sobressai. Ela possui um mar e um relevo que não apenas servem como defesa natural, mas que também são capazes de catalisar o desenvolvimento da agricultura e do comércio, do mesmo modo que ela também tem uma variedade de climas que cria uma diversidade de plantas e animais úteis para o desenvolvimento de uma sociedade (6.4.1). No entanto, logo em seguida (6.4.2), o geógrafo parte então para uma exposição da história política e social de Roma, de modo que o fator humano novamente entre em cena para explicar o grau de desenvolvimento que aquele agrupamento alcançou. Assim, ele conclui que o império só não entra em colapso graças à excelência (*aretē*) de seu governo e de seus governantes e graças à unidade e à ordem que apenas a figura do imperador é capaz de gerar. E se o exemplo parece particularista, é razoável lembrar a crítica que Estrabão realizou contra a *pronoia* de Possidônio. De forma contundente (2.3.7), o geógrafo de Amásia afirma que, por mais que o clima (*klima*) possa exercer um grau de influência sobre um povo, as suas artes (*technai*), as suas capacidades (*dynameis*) e os seus refinamentos (*epitēdeusis*) ultrapassam essa influência justamente por terem como determinante fatores tais como a prática (*askēsis*) e o hábito (*ethos*), e não a natureza de seu território (*physis*).

Agora, é preciso avaliar melhor as considerações que Estrabão fez para atribuir uma importância tão significativa ao Império Romano. Com base em sua cosmologia, é possível verificar que a perspectiva do geógrafo de abarcar a totalidade em sua obra corresponde em certa grau à pretensão daquele regime em atingir um grau de hegemonia política e territorial global. Pois, quando Estrabão realiza aquela digressão cosmológica ao fim de sua obra, é possível conjecturar que, quando ele diz "quanto à ação da natureza (*physis*), todas as coisas convergem em um único ponto, o meio da totalidade, e se dispõem esfericamente ao redor dele", o autor estaria referenciando tanto a ordenação do *cosmo* quanto o desenvolvimento do próprio Império Romano

(CLARKE, 2000)⁵⁵. Desde a introdução de sua obra, Estrabão faz alusão a um certo poder que se pretende universal ao aglutinar todas as civilizações sob um poder e governo únicos (1.1.16), no entanto, somente mais tarde o autor irá identificá-lo categoricamente como o Império Romano (6.4.2). Ademais, embora o autor tente coincidir o domínio desse regime à toda extensão do Ecúmeno, ele não deixa de reconhecer que ainda há porções não dominadas por ele (17.3.24–25), mas não sem demonstrar algum desprezo sobre elas (4.5.3). Com efeito, o avanço do Império Romano, para Estrabão, é na maioria das vezes um fator positivo porque traz a paz ao pôr fim às guerras tribais (3.3.8), extingue a pirataria e permite o desenvolvimento do comércio (3.2.5), põe fim a costumes desumanos (4.4.5) e, de forma geral, leva aos povos selvagens um modo de vida civilizado (2.5.26; 3.2.15).

Contudo, por mais que os romanos recebam tantos elogios na *Geōgraphika*, Estrabão, numa passagem polêmica, intransigentemente os categoriza como bárbaros, ao lado dos cartagineses (1.4.9). Por um lado, assim como Eratóstenes, Estrabão identifica que a civilidade não reside necessariamente na natureza étnica de um determinado povo, mas sim em critérios sociais⁵⁶. Todavia, por outro lado, o geógrafo de Amásia crê que essas últimas qualidades são próprias da cultura helênica, a qual os demais povos não vieram a assimilar totalmente. Consequentemente, Estrabão ainda preserva o binômio civilizado (ou seja, helenizado) e bárbaro (3.4.8), ainda que um dos seus principais critérios para caracterizar a barbaridade de um povo seja, no final das contas, um linguístico (14.2.28). De qualquer modo, deve-se levar em conta que, no decorrer de sua obra, Estrabão não é consistente em sustentar esse dualismo, uma vez que o próprio autor acaba por reconhecer que muitos elementos que se encontram na sociedade helênica derivam da contribuição de outros povos e que, portanto, as sociedades apresentam uma identidade dinâmica (7.7.1). Consequentemente, o autor, de forma talvez até inconsciente, deixa revelar o caráter idealista por trás da suposta identidade helênica (DANDROW, 2017). Como dito antes, nem mesmo os fatores naturais determinam incontornavelmente o comportamento dos agrupamentos humanos, pois, uma vez que as artes, as capacidades e os refinamentos são instaurados entre um povo, eles se

⁵⁵ Neste momento, vale a pena rememorar aqueles comentários tecidos por Vernant (1982), de que, na filosofia helênica, projetava-se no mundo natural as ideias de ordem e de lei consagradas na forma política.

⁵⁶ A divisão de Eratóstenes é um tanto diferente, pois, na realidade, ela reside na escala individual, e não na social.

fortalecem independentemente da latitude habitada (2.3.7). Além do mais, essas implementações humanas são tão mais eficazes quanto mais harmonizadas elas estão junto às características do lugar habitado (2.5.17). Até mesmo os terrenos montanhosos, os quais representam o compartimento geomorfológico mais desprestigiado pelo autor, visto que são terras pobres, hostis e isoladas⁵⁷ (3.3.5–8), apresentam condições contornáveis. Por exemplo, ao mencionar o povo Cavari (4.1.12), o autor afirma que, em sua maioria, essa tribo gálica já não se encontra mais no estado de barbaridade, pois já foi convertida para o estilo romano (*typos tōn rōmaiōn*), ao ter adotado a língua (*glōtta*), o modo de vida (*bios*) e o modelo político (*politeia*) daquele império. De um modo geral, para Estrabão, parece que o fator civilidade surge no exato momento em que os povos, antes isolados geograficamente, passam a fazer parte de uma matriz político-cultural cuja base está alicerçada em elementos originalmente helênicos, de modo que, sob um único regime, eles agora conseguem propiciar contribuições mútuas (2.5.26). Simultaneamente, ainda que a excelência (*aretē*) e a hombridade (*andreios*) ainda sejam cultivadas no seio da sociedade romana (5.3.1), Estrabão não nega que o império trouxe uma série de malefícios para as culturas dominadas e mesmo para si mesmo. Em primeiro lugar, o geógrafo destaca o caráter opressivo dessa expansão imperialista ao citar casos em que o poder romano desencadeou guerras crônicas por mera ganância (4.6.7), negligenciou acordos diplomáticos por oportunismo (5.2.3) ou por falta de interesse (11.2.12), saqueou obras artísticas sem cuidado nenhum (8.6.23) e profanou templos (4.1.13). Além disso, após esse processo já conflituoso, o autor também critica a decadência moral que acompanha o avanço desse império, ao fazer uma série de acusações especialmente contra a avareza (4.6.7), a luxúria (7.3.7) e a extravagância dos romanos (5.2.5). De qualquer modo, sendo condizente com a sua posição estoica, o benefício dessa anexação política é maior do que os malefícios, visto que, após o Império Romano conectar povos antes isolados, o influxo de aspectos civilizados apresenta uma força maior (2.5.26; 3.2.15; 4.1.5).

5.3. A ciência geográfica

Agora, cabe ao trabalho investigar como Estrabão conceitua a ciência geográfica. Primeiramente, é proveitoso lembrar que a geografia não é considerada

⁵⁷ É simbólico como Estrabão, assim como em outras passagens (3.4.13), faz questão de ressaltar o problema do isolamento como um dos fatores mais determinantes desse estado de barbaridade.

uma disciplina autônoma (*aretē*), mas está subordinada a uma hierarquia de matérias que começa pela *physika*, passa pela astronomia, pela geometria e só então chega na geografia. Mas, antes mesmo que essa hierarquia estabeleça uma série de limitações para o desenvolvimento da disciplina, ela primeiramente cria um conjunto de requisitos àquele que pretende estudar geografia e escrever sobre esse assunto. O autor não poupa palavras para justificar essa necessidade: são os conhecimentos da astronomia e da geometria que permitem ao geógrafo explicar a forma e as dimensões de uma determinada formação geográfica, assim como a distância dela em relação a uma outra, ou mesmo a latitude em que ela se encontra, o que, por sua vez, permite fazer algumas considerações a respeito de seu clima (1.1.13). Do mesmo modo, esses conhecimentos são impossíveis de serem obtidos sem que o investigador tenha antes compreendido os princípios estabelecidos pela *physika*, afinal, o conceito de latitude só se desenvolve após se constatar a esfericidade do *cosmo*, e ele seria débil se não se considerasse a totalidade da terra (1.1.14–15). Consequentemente, Estrabão afirma de forma categórica que aquele que não desenvolveu previamente essas habilidades não apenas não é capaz de compreender as informações de um texto de geografia (1.1.21), mas também sequer conseguiria perceber a natureza geográfica de uma dada exposição (2.5.1). Depois de mencionar essa série de exigências, o autor confessa que não é apropriado a uma obra de geografia trabalhar essas informações requisitadas (1.1.20), de modo que o leitor, após tornar-se versado em astronomia e geometria, deve tomar a esfericidade da terra como algo presumido, assim como os fatos que se depreendem disso, como a existência de zonas climáticas (2.2.1). Não obstante, Estrabão também faz algumas concessões aos geógrafos, pois, por mais que, assim como Homero, esse investigador deva ter desenvolvido um zelo pelos fatos, uma ampla erudição e o gosto por viajar, ele é incapaz de saber todas as informações a respeito do mundo (1.1.16), de modo que o seu conhecimento sempre será parcial (*to mallon kai hēton*).

Quanto à natureza particular da geografia, algumas informações desse gênero podem ser conjecturadas justamente a partir da contraposição que é tecida entre essa disciplina e as demais. Quanto à *physika*, fica patente a diferença que ela apresenta frente à geografia, sobretudo quanto à liberdade que aquela tem para a especulação filosófica (2.3.8). Por exemplo, após realizar uma série de comentários a respeito da fauna da Índia, Estrabão acaba divagando a respeito do rio Silas, sobre o qual nenhum objeto é capaz de boiar, todavia, o autor logo interrompe a sua digressão para dizer

que essa investigação é do domínio da física (*physiologia*) e que é necessária focar em temas mais próximos da geografia, ao que então prossegue com relatos a respeito dos diferentes *Varna* da sociedade indiana⁵⁸. Quanto à geometria, por mais que essa disciplina tenha a superfície terrestre como o seu ponto de partida, de modo muito semelhante à geografia⁵⁹, os seus procedimentos divergem bastante um do outro. Autores mais matemáticos tais como Hiparco, inspirados pelos postulados descritos por Euclides, costumam pensar os problemas da cartografia com base em linhas retilíneas, no entanto, é preferível que os geógrafos, por considerarem a qualidade esférica da terra, não negligenciem o caráter curvilíneo que os meridianos devem ter em suas representações cartográficas (2.1.39; 2.5.1)⁶⁰. Ainda nesse sentido, um homem mais preocupado com a historiografia, como foi Políbio em boa parte das suas *Histórias*, também costuma ignorar a dimensão geográfica que um rio possui, ao medir o seu comprimento como se fosse uma simples distância entre dois pontos e sem estimar os seus meandros (2.4.4). Não obstante, mesmo uma figura bem-intencionada como Hiparco peca ao tentar corrigir as distâncias incoerentes fornecidas por Eratóstenes, pois, ao tentar passá-las a limpo com base na geometria, Hiparco gera mais prejuízos do que benefícios, sobretudo por também distorcer as distâncias menos problemáticas oferecidas pelo polímata de Cirene (2.1.40–1). É proveitoso ater-se melhor a esse último parágrafo (2.1.41), pois, ao criticar a orientação matemática de Hiparco, Estrabão diz que esse geômetra não deveria ter tratado o litoral continental e outros lugares bem conhecidos da mesma maneira como se trata regiões como Báctria e Hircânia. Consequentemente, de acordo com Estrabão, a atribuição privilegiada da geografia é concentrar-se sobre os lugares conhecidos e descrevê-los à sua própria maneira, de modo que essa descrição possa melhor servir ao interesse dos governantes. Não é por acaso que seja justamente nesse sentido que Estrabão parece dar a melhor definição daquilo que ele considera ser a geografia, ao afirmar que “essa descrição [geográfica] compete àqueles para os quais faz diferença as coisas estarem dispostas assim ou de outro modo, e serem conhecidas

⁵⁸ De forma resumida, *Varna* é aquilo que ficou vulgarmente conhecido como o sistema de “castas”. Ainda nessa passagem, é interessante notar como o aspecto social novamente se mostra como um tema central para a geografia de Estrabão.

⁵⁹ Vale a pena jogar luz para o fato de que ambas possuem em sua construção nominal a palavra terra (*gē*).

⁶⁰ Adotando como referência a *Geōgraphia* de Ptolomeu (1.20), único texto a preservar uma discussão especializada sobre projeções cartográficas, a maneira mais geográfica de representar o mundo é preservando a curvatura de seus meridianos e de seus paralelos. Cf. Berggren (2000, p. 31–40).

ou incógnitas” (1.1.16). Quanto à geometria, ao menos em um tratado de geografia, resta a ela debruçar-se sobre as regiões periféricas do Ecúmeno e fazer as abstrações matemáticas delas, em que todo um litoral rico em promontórios ou praias pode ser simplesmente reduzido a uma linha reta, visto que ou o interesse por elas é menor, ou o fato de elas serem remotas compromete a utilidade que elas podem gerar aos grandes impérios (1.1.16).

Quanto ao seu objeto de estudo, os tratados de geografia devem, acima de tudo, tratar apenas dos lugares habitados do Ecúmeno, visto que são apenas os lugares que contêm o elemento humano aqueles que são da preocupação do homem político, de tal forma que, de acordo com Estrabão, esse limite estaria constricto entre o paralelo de Ierne⁶¹, ao norte, e aquele da “terra da canela”⁶², ao sul (2.5.34). Para esse geógrafo, tal intervalo de latitude não é uma mera construção subjetiva, visto que a zona habitável (*oikēsis*) seria praticamente um imperativo da natureza. Ao Norte, com base em um enigma deixado por Homero (1.1.6), Estrabão estabelece que o limite setentrional do Ecúmeno⁶³, enquanto uma massa continental, estaria no paralelo 54° N, enquanto o seu litoral meridional se encontraria por volta da linha do Equador, configuração essa que, por deixar as águas do Oceano dispostas circularmente à sua volta, manteria melhor o firmamento (1.1.9). Não obstante, por vezes, o autor faz o Ecúmeno coincidir com a zona temperada (*eukratos*), quando ele estabelece que as fronteiras longitudinais dessa zona correspondem aos litorais ocidentais e orientais, enquanto as latitudinais, por sua vez, seriam delimitadas pela atmosfera (*aēr*) (2.3.1). De forma pormenorizada, Estrabão argumenta que, por conta do frio extremo, não haveria possibilidade de vida humana a partir do paralelo 54° N (2.5.43), do mesmo modo que, por conta do calor insuportável, não haveria sociedades próximas da Linha do Equador, fato que limitaria a faixa habitável até o paralelo 12° N (2.1.13). O vínculo entre a geografia e o humano fica ainda mais evidente quando Estrabão trabalha o zoneamento concebido por Possidônio com base nas sombras que o Sol projeta na superfície terrestre ao fim da tarde (2.5.43). Em primeiro lugar, há a zona *amphiskia* (ἀμφίσκιος) a qual, por estar situada entre os trópicos, apresenta sombras inclinadas ora ao norte, ora ao sul, a depender da época do ano; em segundo lugar, há a

⁶¹ Corresponde à ilha da Irlanda.

⁶² É difícil estipular com muita precisão a sua atual localização dessa terra, mas esse paralelo passaria ao norte do Cabo Guardafui, no Chifre da África.

⁶³ Embora Estrabão não use zona habitável (*oikēsis*) como sinônimo de Ecúmeno (*oikoumenē*), essa passagem problemática da obra exige essa compreensão.

heteroskia (ἑτερόσκιος), a qual, por estar localizada numa posição subtropical, apresenta um único sombreamento sempre conforme com o hemisfério correspondente; por último, há a *periskia* (περίσκιος), zona que surge no exato momento em que a Calota Circumpolar se torna maior do que o trópico⁶⁴, de modo que, ao tempo de um ano, as sombras projetadas formariam um círculo ao redor do objeto ao qual elas se referem, ou seja, em latitudes superiores a 66°. Após essa exposição, Estrabão finaliza os seus comentários afirmando que essa última zona é inútil para a geografia, visto que a vida humana não seria possível depois da latitude 54°. Paralelamente, qualquer um que ousasse tratar das regiões ao sul da Linha do Equador, as quais supostamente seriam inabitáveis⁶⁵ e fronteiriças com o Oceano circular, deveria fazer um tratado “sobre o Oceano” (*peri ōkeanou*), e não um sobre geografia (2.3.3).

Assim como Estrabão adota um modelo de zoneamento global que é mais apropriado para a geografia, ele também se preocupa em regionalizar o Ecúmeno com base numa classificação que seja mais geográfica, segundo as suas próprias palavras. No decorrer de sua obra, o geógrafo menciona a possibilidade de haver outros “ecúmenos” distribuídos pelo globo (1.1.15; 1.2.24), inclusive mencionando por cima a hipótese dos 4 “mundos habitados” proposta por Crates de Malo (2.5.10). No entanto, como a geografia se preocupa apenas com o mundo conhecido, esse tipo de comentário nunca passa do tom anedótico. Estrabão não é menos enfático ao afirmar que “dentre as duas zonas temperadas (*tēs heteras tōn eukratōn*), a geografia busca estabelecer as fronteiras da seção por nós habitada” (2.3.1). Dessa forma, quanto ao número de continentes do Ecúmeno, há um certo consenso de que são três: Ásia, Europa e Líbia (África)⁶⁶; todavia, o critério para estabelecer as suas fronteiras está posto num debate mais complexo, tanto que o próprio Estrabão acaba por não enfatizar qual é o mais apropriado para a sua obra, se pelas fronteiras hídricas (1.2.25), terrestres (1.4.7) ou pelas faixas climáticas (2.3.7). No entanto, por mais que o autor não faça formalmente tal declaração e seja um tanto arisco a essa modalidade

⁶⁴ A Calota Circumpolar representa o círculo das estrelas que não se põem durante a revolução dos astros, aumentando à medida que se aumenta a latitude. Ao chegar na latitude 66°, ela se torna maior que o trópico ao estar situada a $\varphi = 24^\circ$ do horizonte do observador.

⁶⁵ Era comum na geografia helênica considerar que a zona equatorial receberia um calor tão intenso do Sol que a vida lá seria impossível (2.2.1).

⁶⁶ Além de oferecer uma investigação mais pormenorizada sobre o modelo tripartite, Romm (2010) salienta que também já esteve em voga um modelo binomial, geralmente associado a um discurso dualista entre gregos (Europa) e persas (Ásia).

de regionalização (1.4.7–8), é possível observar que o critério hidrológico não apenas é explicado com uma maior riqueza, mas também parece ter sido aquele padronizado para a obra (2.5.27)⁶⁷. A fundamentalidade dos recursos hídricos é imprescindível para compreender a geografia empreendida por Estrabão. Por exemplo, ao tratar do Egito, o autor afirma que um estudioso só conseguiria apreender as características de toda essa região (*chōra*) após tornar-se entendido a respeito do Nilo (1.2.29). Do mesmo modo, logo no início de sua seção sobre a Índia, ele se sente embargado de realçar a centralidade dos rios na ciência geográfica, ao dizer que “é necessário dizer tudo aquilo a respeito dos rios que for de valor para a geografia” e que “os rios, especialmente por serem os delimitadores naturais de grandeza e de forma de uma região, são extremamente convenientes para todo o presente tópico [a Índia]” (15.1.26). Além disso tudo, Estrabão também dá aos elementos hídricos uma série de outras atribuições de altíssima relevância: é a disposição das águas oceânicas que sustenta o firmamento (1.1.9); elas são um dos agentes responsáveis por “geografizar” as massas de terra (2.5.17; 4.1.11); e é com base nelas que um geógrafo pode começar a sua descrição (8.1.3). Findada a digressão hidrológica e voltando à questão dos continentes, ainda é preciso acrescentar que Estrabão visualiza sérios problemas nesse procedimento de divisão. Ele reconhece a arbitrariedade helênica ao ter definido aquela estrutura continental tripartite, visto que esse procedimento foi realizado com base num princípio de alteridade e numa escala local, ou seja, ao contrário do método geográfico, essa divisão não foi idealizada tendo como base a totalidade do mundo habitado (1.4.7).

Na medida em que examinamos a maneira com que Estrabão conceitua a ciência geográfica, é perceptível que, simultaneamente, também nos aproximamos daquilo que ele entende por método de investigação, de modo que é proveitoso dedicar a análise a esse fator. Antes de mais nada, devemos recordar que esse estudioso está submetido a uma posição hierárquica e, por isso, deve adquirir certos pré-requisitos, como o conhecimento matemático, sem o qual é impossível transmitir qualquer informação geográfica (2.5.1), assim como deve acatar aquelas informações que estão além de seu alcance (2.5.2–4), mesmo quando não se tem em vista a sua razão de ser (1.1.21). Consequentemente, é natural que a sua base teórica (*theōria*)

⁶⁷ Dessa forma, o limite da Europa seria dado pelo Estreito de Gibraltar e pelo Rio Tanais (atual Rio Don); enquanto o da Líbia, pelo Estreito de Gibraltar e pelo Nilo; restando a Ásia o restante das massas continentais.

reproduza os elementos daquelas matérias, a saber: técnica (*technikē*), matemática (*mathēmatikē*) e física (*physikē*) (1.1.19). É a partir dela que Estrabão, em diversas passagens de sua introdução, estabelece aquilo que poderíamos considerar como categorias⁶⁸, como por exemplo: quantidade (*posos*)⁶⁹; qualidade (*poios*)⁷⁰; forma (*schēma*)⁷¹; grandeza (*megethos*)⁷²; posição (*keimenē*)⁷³; e natureza (*physis*). Por mais que o próprio autor reconheça a fundamentação geométrica e astronômica dessas categorias (1.1.13), é patente que, ao mesmo tempo, elas mesmas são simultaneamente geográficas, visto que, no contexto de sua obra, elas estão postas sobre objetos geográficos. Porque é por esse arcabouço teórico que Estrabão poderá esclarecer em sua obra aquilo que aparenta ser uma das grandes qualidades e inovações da investigação geográfica (1.1.13; 1.1.16), a saber: descrever e explicar a particularidade (*idiōma*; *idiotēs*) e a diferença (*diaphora*) das entidades no espaço. Desse modo, surge dessa articulação aquilo que poderíamos conceituar propriamente como algumas categorias essenciais da geografia, a saber: lugar (*topos*); região (*chōra*); território (*chōrion*); e habitat (*oikoumenē gē*).

Juntamente a isso, ao decorrer de sua obra, Estrabão reconhece uma série de particularidades que, somadas, dão conta de qualificar a posição do geógrafo, ao mesmo tempo que também revelam o seu próprio método de pesquisa. Antes de qualquer outro procedimento, Estrabão alega que, ao geógrafo, cabe a execução de uma tarefa particular (*idion*), a saber, “explicar o nosso mundo habitado: qual é a sua dimensão, que tipo de formato tem, qual é a sua natureza e como ele se relaciona com a totalidade da terra” (2.5.4). E se nessa frase o enfoque explicativo parece ser preponderante sobre o relacional, em um outro parágrafo, o autor parece não corroborar com essa hierarquia, pois “de acordo com a pesquisa geográfica, não investigamos apenas as formas e as grandezas dos lugares, mas também a relação

⁶⁸ As categorias são modos do ser, são entes ontológicos. Elas não devem ser confundidas com os conceitos, que são apenas a representação do objeto pelo pensamento (SILVA, 1986).

⁶⁹ Esse termo grego indica generalizadamente os aspectos quantitativos de um dado objeto; podendo ser traduzido em passagens mais específicas como *dimensão*, *extensão*, *largura* etc. Cf. Str. 1.1.15; 1.1.17; 2.5.4.

⁷⁰ Geralmente construído de forma dual junto ao termo anterior, como também faz Ptolomeu (*Geo.* 1.1), trata-se dos aspectos qualitativos de uma dada entidade; costuma ser traduzido como *característica*, *propriedade* ou mesmo *natureza*. Cf. 1.1.15; 1.1.17; 2.5.4.

⁷¹ Muito semelhante ao *poios*. Refere-se ao *formato*, *configuração* ou *estrutura* de um dado recorte geográfico. Cf. 1.1.13; 1.1.20; 2.5.4; 2.5.11; 2.5.13.

⁷² Análogo ao *posos*. Cf. 1.1.13; 2.5.11; 2.5.13.

⁷³ Embora o termo, em si, não seja muito recorrente na obra, ele aparece muitas vezes subentendido, sobretudo através do conceito de latitude (*klima*). Cf. 1.1.15; 1.1.16.

(*schesis*) que eles têm entre si” (15.1.26), o que realça, portanto, a excelência da geografia em relacionar elementos no espaço. Além do mais, o princípio da relação guia o geógrafo ao fazer tanto as análises dos compartimentos definidos como naturais quanto daqueles que são sociais, visto que, segundo Estrabão, o olhar do geógrafo sempre é atraído para onde os intercâmbios (*epiplokē*) e as associações (*koinōnia*) foram bem estabelecidas (2.5.18).

Para Estrabão, a geografia deve começar pelo geral, a totalidade do Ecúmeno, para só então chegar no particular, as regiões, visto que, segundo o autor, é recomendável primeiro indicar as dimensões do mundo habitado e só depois a disposição e a forma de suas partes (2.1.32), de modo que a atividade relacional viria apenas em um segundo momento. Mas, para estabelecer essas relações e prosseguir com a sua narrativa, o geógrafo precisa antes definir os elementos a serem relacionados e, para isso, ele deve ter um método apropriado para definir cada entidade em si mesma. Depois de considerar as barreiras hidrológicas como um recurso apropriado para estabelecer as fronteiras continentais (1.2.25), o autor argumenta que, de um modo geral, a regionalização do geógrafo deve ser semelhante ao esquartejamento de um animal, ou seja, deve ser feito com base nos membros (*melos*), os quais são definidos pela natureza (*physikē*), e não com base nas partes (*meros*), as quais são pensadas de forma arbitrária (*hōs etyche*) pelos homens (2.1.30). Em sua obra, Estrabão reconhece os aspectos práticos que uma regionalização traz consigo (1.4.8), ao mesmo tempo que também denuncia os problemas advindos de uma operação dessas sem critérios auto evidentes (1.4.7). Inclusive, justamente por isso, o nosso geógrafo chega a criticar o modelo de regionalização operado por Eratóstenes, que divide o Ecúmeno geometricamente com base em *esfrágides* (*sphragides*) e sem levar em conta critérios étnicos nem geográficos (2.1.22). Posto isso, Estrabão buscou empreender uma regionalização coerente para poder destacar do Ecúmeno elementos que sejam visuais (*sēmeiōdēs*) e bem-definidos (*euperiōristos*) em si mesmos, de modo a melhor servir ao geógrafo, como no caso das analogias⁷⁴ (2.1.31). No entanto, embora seja tentador acusar Estrabão de propor uma regionalização com respaldo na natureza — ainda mais quando ele mesmo, numa passagem posterior (4.6.1), afirma estruturar a sua narrativa com base em um arranjo (*taxis*) providenciado pela natureza da região

⁷⁴ Nesta mesma passagem, Estrabão lança mão de alguns exemplos: a Sicília é comparada a um triângulo; a Ibéria, a um couro estendido; e o Peloponeso, a uma folha de plátano.

(*physis tēs chōras*) —, o geógrafo, nesse mesmo parágrafo, aponta para o lado oposto, pois ele argumenta que aquela boa-definição (*euperioristos*) — para além dos fatores normalmente tidos como naturais, como rios, montanhas e mares — também pode ser visualizada com base em uma etnia (*ethnos*) ou em várias. Contudo, operar uma regionalização com base no elemento humano traz consigo algumas limitações por causa da transitoriedade (*metabolē*) e porque, quanto menos um povo possui renome (*doxia*), mais difícil é reconstruir o seu fluxo migratório e as divisões estabelecidas por esse movimento (3.4.19)⁷⁵. Embora o geógrafo reconheça que a propensão à migração (*metanastasis*) seja maior em regiões mais hostis e mais periféricas em relação ao Mediterrâneo (4.4.2), assim como ocorre em regiões menos afamadas (3.4.19), ele é tão consciente do caráter transitório de todas as populações humanas que chega a considerar o fenômeno das migrações como uma constante universal, por assim dizer (1.3.21). Isso fica ainda mais evidente quando, ao trabalhar seções helenizadas do Ecúmeno, as digressões sobre migração se tornam ainda mais presentes em sua narrativa, sobretudo porque são elas que justificam certas características de um determinado ajuntamento. Para confirmar isso, basta lembrar que o *Retorno dos Heraclidas* se configura na obra como um dos principais pontos para a construção da identidade helênica (PATTERSON, 2017). E se por um lado as migrações, num primeiro momento, aparecem no texto quase como uma aflição para a qual o seu leitor deve estar preparado (1.3.21), por outro, o geógrafo também vê nelas alguns frutos positivos, inclusive para o local de recepção delas (8.6.10). Retomando a questão da regionalização, Estrabão também se mostra ciente a respeito das irregularidades, instabilidades e arbitrariedades que uma regionalização pode apresentar, sobretudo quando se tem em vista questões político-administrativas. Um caso muito debatido pelo autor são as regionalizações operadas pelos administradores romanos (3.4.19), as quais, por vezes, em benefício do critério político, acabam por escamotear continuidades étnicas importantes (4.1.9; 4.4.6). Assim, ainda que haja momentos em que seja oportuno mencionar as divisões físicas (*physikōs*) e étnicas (*ethnikōs*) feitas pelos governantes, as quais visavam atender às diversas necessidades políticas, esse tipo de comentário, para o nosso geógrafo, nunca deve extrapolar o caráter de uma digressão sumária (4.1.1). Portanto, já em Estrabão estão presentes as duas grandes concepções de região que permeiam a

⁷⁵ É evidente que o renome é construído a partir de um ponto de vista helênico, de modo que, quanto mais longe desse centro cultural, mais impreciso são os dados (3.4.19).

história do pensamento geográfico, a saber: uma que entende a região como auto-evidente, outra que a compreende como o produto de um estudo; sendo esta segunda a razão pela qual é possível para argumentar que esse geógrafo é o fundador da Geografia Regional, sobretudo ao ter como inflexão a composição territorial das diferentes civilizações (LENCIONI, 2009).

Para além dos aspectos já mencionados, muito tem sido investigado a respeito de como Estrabão conduz a sua narrativa geográfica. De início é proveitoso lembrar que o próprio autor afirma que ele segue uma estrutura com base em um arranjo providenciado pela natureza do território (4.6.1). uma narrativa que, dentro do possível, está pautada pelo litoral. Com a considerável correspondência entre os lugares mais civilizados e as cidades litorâneas⁷⁶, sobretudo quando se reconhece que, no contexto mediterrâneo, o sucesso econômico de um ajuntamento se dava em grande parte pelo sucesso das trocas marítimas, Thollard (1987) conjecturou que a narrativa de Estrabão se pautava, a princípio, pelos locais mais civilizados, e só a partir desses que o geógrafo passaria a abordar aqueles mais barbarizados. No entanto, é possível notar que o geógrafo tem um itinerário que nem sempre corresponde a essa conjectura. Por mais que o autor de fato costume utilizar as rotas litorâneas como uma referência para a sua descrição, esse detalhe parece apontar mais para uma provável manutenção da estrutura dos *périplos* na narrativa geográfica, uma herança que, inclusive, é reconhecida pelo próprio Estrabão ao início de sua seção sobre a Grécia (8.1.1). O geógrafo não apenas traça um paralelo com a tradição literária, ao mencionar que também Éforo utilizava o mar como um regente (*hēgemonikos*) da sua descrição, mas complementa o seu comentário ao dizer que ele mesmo considerará o mar como o seu conselheiro (*symbolon*) de narrativa justamente por reconhecer a natureza dos lugares (8.1.3). A centralidade hidrográfica de sua lógica é evidente desde a primeira seção descritiva de sua obra (Livro 3), quando Estrabão utiliza o Promontório Sagrado (atual Ponta de Sagres) como ponto de partida para a península ibérica e, a partir dele, elabora uma série de itinerários, ora se dirigindo ao Leste, ora ao Norte. De um modo geral, o itinerário descritivo desse geógrafo parece estar ancorado em informações já estabelecidas em literaturas anteriores, sendo estas muito provavelmente os *périplos*. É possível fazer tal afirmação porque o seu movimento descritivo parte primeiro do estabelecimento da

⁷⁶ É possível estabelecer essa relação uma vez que as cidades melhor descritas geográfica, social e economicamente por Estrabão são aquelas portuárias.

distância entre duas cidades litorâneas importantes — seja por questões econômicas, militares ou culturais — para, em seguida, citar as cidades que estão localizadas nesse intervalo, geralmente mantendo a orientação original. Ainda nesta seção, é possível observar que esse modelo também é aplicado em outras circunstâncias, como quando o autor utiliza outros meios para guiar a sua descrição, como é o caso do Rio Ebro ou mesmo o de uma rota não nomeada (3.4.9)⁷⁷. Mas a Ibéria não é o melhor referencial para analisar esse tipo de narrativa porque, para uma boa parte dessa península, há poucas informações geográficas disponíveis, de modo que essa seção soa mais como uma etnografia⁷⁸. Outras regiões mais documentadas na literatura helênica, como a península itálica e a Hélade, não corroboram menos com aquela hipótese, no entanto, elas apresentam por sua vez outras particularidades. Pois, se nas seções da Ibéria e da Gália, por um lado, a importância das cidades era majoritariamente advinda de sua posição econômica e militar, na Hélade e na Itália, por outro, o elemento que confere às cidades a validade de ser mencionada é sua relação com o cânone homérico, de modo que o aspecto cultural ganha aqui uma fortíssima proeminência. Dessa forma, é possível argumentar que a narrativa geográfica de Estrabão está simultaneamente pautada em duas matrizes específicas, uma política e outra cultural. A primeira matriz tem como centro a cidade de Roma e é por ela que o geógrafo estabelece os diferentes vínculos e fluxos econômicos do Ecúmeno. Isso é possível porque é essa capital aquela responsável por organizar e reorganizar os demais territórios, o que acaba por gerar um modelo muito semelhante ao “centro-periferia”. Já a segunda possui uma centralidade muito mais difusa, uma vez que está assentada nos aspectos mais fundamentais da cultura helênica. Todavia, é justamente essa matriz dispersa aquela que fornece para a narrativa de Estrabão os eixos mais significativos para associar os diferentes agrupamentos humanos em um mundo em contínua expansão e transformação, sobretudo porque ela é capaz de estabelecer um senso de ordem e continuidade através do tempo.

Uma vez analisado o arcabouço teórico e metodológico da obra, é preciso agora investigar o tipo de procedimento técnico e os instrumentos investigativos

⁷⁷ Não deve ser ignorado o fato de que a orientação dessas rotas, as quais são geralmente romanas, sempre tem como origem a península itálica, e o autor segue tal orientação mesmo quando a direção dela é oposta à da narrativa original.

⁷⁸ É interessante notar que são as características bélicas aquelas que são mais detalhadas nesta seção, o que demonstra o caráter primário e superficial desse contato cultural e seus efeitos sobre a literatura.

utilizados pelo geógrafo. Num primeiro momento, Estrabão reconhece a importância de alguns instrumentos para a construção do conhecimento geográfico, como é o caso do *gnômon*⁷⁹ (1.1.20), no entanto, com o decorrer do texto, é perceptível que os procedimentos investigativos utilizados pelos geógrafos são muito mais mentais do que propriamente materiais. Mas, antes de destrinchar melhor como esse procedimento mental se desdobra, é preciso antecipar que um dos fatores cruciais para a realização de um estudo geográfico é a pesquisa *in situ* (*autopsia*), tanto que não é à toa que Estrabão se vangloria de ser, segundo ele mesmo, o geógrafo que cobriu as maiores distâncias do Ecúmeno (2.5.11), nem é à toa que ele elogia tanto o gosto por viajar (*philekdēmos*) (1.1.16; 1.2.29). No entanto, se nem mesmo um grande império é capaz de se fazer presente em todas as porções de seu território, então muito menos os geógrafos seriam capazes de tamanha tarefa (1.1.16). Dessa forma, em certa medida, esses estudiosos devem buscar um recurso auxiliar para completar as suas investigações, o que invariavelmente os faz aceitar aquilo que poderia ser definido como relatos de segunda mão, afinal, até mesmo Homero dependeu desse tipo de informação para compor os seus épicos (3.2.13). No entanto, por mais que em algumas passagens esse procedimento pareça configurar como um *tapa buraco* da pesquisa (1.1.8), para Estrabão, é justamente a partir da articulação desses relatos que o geógrafo deixa de se limitar à percepção, a qual só consegue abarcar uma fração da realidade, e passa a ter uma compreensão totalizante. A bem da verdade, Estrabão diz com todas as letras que, para alcançar um saber científico (*epistēmē*), a habilidade de apurar o conhecimento pela audição é melhor do que aquela pela visão (2.5.11). Nessa mesma linha de raciocínio e tomando uma posição mais drástica, o geógrafo também afirma que o consenso dos estudiosos pode valer mais do que os resultados obtidos por um dado instrumento (2.1.11). Com isso, o que o geógrafo parece querer dizer é que, sem o domínio de um raciocínio abstrato capaz de selecionar diferentes informações e articulá-las com a finalidade de construir uma visão de totalidade, o empirismo se torna inócuo e, portanto, a investigação geográfica não se realiza. Consequentemente, experiência e informação se articulam como um nexo imprescindível para aquilo que pode ser chamado de olhar geográfico (CONNORS, 2011), e Estrabão nunca deixa de reforçar o seu apreço por essa

⁷⁹ O *gnômon* é a haste responsável por projetar a sombra em um relógio solar. Com base nele, é possível que um geógrafo encontre a latitude na qual ele está localizado durante os dias do equinócio.

articulação, afinal, para a geografia, tanto faz se o Oceano circular é demonstrado pela experiência ou pela razão (2.5.5).

Embora seja uma questão que diga respeito em maior grau à história do pensamento filosófico e das ciências em geral, investigar o método da analogia é extremamente frutífero para a entender o percurso do olhar geográfico e as contribuições realizadas por ele. Um dos exemplos mais esclarecedores desse método pode ser retirado da investigação dos fenômenos das marés, sobretudo porque Estrabão o menciona uma série de vezes; todavia, antes de se debruçar sobre esse tema, é preciso fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, para a geografia helênica, havia um grande empecilho que tornava essa pesquisa especialmente complexa: dada a estrutura do Mar Mediterrâneo, o efeito que a gravidade da Lua causa sobre ele é sensivelmente menor, de modo que lá as marés apresentam uma amplitude pouquíssimo notável. Consequentemente, os geógrafos helênicos, por estarem quase sempre limitados ao litoral do Mediterrâneo, visto que as suas colônias estavam majoritariamente dispersas ao redor desse mar, tinham maiores dificuldades para tecer a associação necessária entre o movimento da Lua, as suas fases e as marés⁸⁰. Assim, dada tal dificuldade de se descobrir as causas desse fenômeno, a geografia helênica não era capaz de refletir sobre o movimento das marés sem se apoiar em movimentos hídricos diversos, como aqueles encontrados no Estreito de Messina e no Estreito de Euripo⁸¹. Com isso em mente, era inevitável que os grandes estudiosos da antiguidade, para explicar o movimento dos mares, especialmente as marés, criassem uma série de analogias com base nos movimentos fluviais comuns (1.1.7; 1.3.7; 3.2.4)⁸². Foi apenas quando o horizonte geográfico helênico se expandiu para as regiões do Ecúmeno litorâneas ao Oceano que essa associação pôde ser formalmente estabelecida. Assim, Possidônio, em sua visita a Cádis (*Gadeira*), uma cidade litorânea já em contato com o Oceano Atlântico, pôde combinar observação e razão para solucionar o mistério das marés, superando as hipóteses sugeridas por Aristóteles, que nunca esteve por lá (Str. 3.3.3). Dessa

⁸⁰ Desconsideramos a rotação da Terra como agente responsável por esse fenômeno porque esse fator não foi percebido pelos helenos e porque ele pode ser ignorado ao considerar o propósito deste trabalho.

⁸¹ É notável que, ainda na época de Plínio, o velho (23 – 79 d.C.), os diversos movimentos diários desses estreitos eram considerados como parte da maré (Plin. Nat. II, 100). Cf. Eginitis (1929, 321-328) para uma visão mais detalhada sobre a complexidade do Estreito de Euripo.

⁸² Para um interessante resumo sobre as investigações em torno das marés, desde a antiguidade clássica até a Idade Média, cf. Cartwright (2001).

forma, com as suas observações *in situ* e com os relatos dos moradores locais, Possidônio conseguiu explicar o movimento das marés em nível diário, mensal e anual (3.5.7–8)⁸³. Todavia, se o problema das analogias com os rios foi superado no campo teórico, ele não foi no conceitual, e isso se dá pelo problema de denominar um novo fenômeno que está apoiado numa referência já bem conhecida. Quando Estrabão começa a conceituar o que seria uma maré alta, ele emprega o termo *plēmmýris*, que, sozinho, apenas indica uma inundação, tanto que, de início, ele sempre emprega o Genitivo do Oceano (*tou ōkeanou*) ao substantivo. E que *plēmmýris* tem como o sentido literal um transbordamento hídrico comum, isso é evidenciado ainda mais pelo fato de que esse termo entrou para o léxico neo-helênico com a acepção de enchente fluvial (πλημμύρα *plēmmýra*), enquanto o fenômeno das marés acabou recebendo posteriormente uma nomenclatura diferente: παλίρροια (*palirroia*). E de forma análoga o geógrafo trabalha com o conceito de maré baixa (*ampōtis*), cujo sentido literal diz respeito a algum tipo de reabsorção ou de sucção, já que um dos seus componentes é o verbo beber (*pinō*); e isso forma um interessante paralelo com o verbo *anaroibdeō*, utilizado por Homero para descrever a ação de sorver feita pelo monstro Caríbdis⁸⁴. Além disso, outros procedimentos do gênero também poderiam ser mencionados para melhor ilustrar os desafios do raciocínio geográfico, como quando o geógrafo Pytheas (350–306 a.C.), ao tentar descrever o fenômeno das *panquecas de gelo*, utiliza-se de uma analogia com as águas-vivas (*pleumōn thalattios*)⁸⁵; todavia, por mais interessantes e instrutivas que essas digressões possam ser, elas excedem o escopo de nossa pesquisa. Portanto, com o que já foi apresentado, ficam aqui demonstradas como as dificuldades geográficas de identificar um dado fenômeno surgem de forma conjunta com aquelas linguísticas para conceituá-lo e, desse modo, a analogia aparece como um recurso mental basilar para uma resolução.

Um outro exemplo do processo tortuoso que era estabelecer conceitos geográficos e formalizá-los sistematicamente também pode ser encontrado na conceituação e na definição das direções cardeais. Na geografia helênica, há um sério problema no tocante à sistematização das direções cardeais, uma vez que, naquela

⁸³ É interessante mencionar uma discordância entre o relato de Estrabão (Str. 3.5.8) e aquele de Plínio, o velho (Plin. Nat. II, 99), pois, quanto ao movimento anual das marés, Estrabão parece ter invertido a suposta teoria proposta por Possidônio.

⁸⁴ Estrabão não deixa esse paralelo passar batido e, por diversas vezes, argumenta que, com o mito de Caríbdis, Homero pretendia retratar os movimentos das marés (1.1.7; 1.2.36).

⁸⁵ Não custa acrescentar que o próprio termo em grego para água viva já é por si próprio uma analogia, visto que o seu sentido literal poderia ser traduzido como “pulmão marítimo”.

época, não havia uma forma fixa nem uniforme de delimitá-las. Desse modo, elas podiam ser referenciadas por pelo menos quatro tipos de associações diferentes e não excludentes entre si, a saber: **i.** a área de ascensão e descensão do Sol (levante e poente); **ii.** os fenômenos visuais desencadeados pelos movimentos anteriores (aurora e ocaso); **iii.** a direção de origem dos ventos (e.g. Bóreas e Zéfiro); e **iv.** as referências astronômicas (Calota Circumpolar e o Sol do meio-dia)⁸⁶. Embora Estrabão não chegue a discutir especificamente os aspectos teóricos dessa questão, a leitura de seus textos permite realizar uma série de ponderações a respeito do debate. Antes de mais nada, numa primeira leitura, é possível notar que Estrabão tem uma preferência por certas referências cardeais em detrimento de outras, de tal maneira que ele, assim, reconheceria a existência de termos mais adequados para determinados contextos e propósitos⁸⁷. Por um lado, quanto ao quadrante norte, as referências astronômicas são mais frequentes do que aquela eólica, uma vez que, para essa função, a constelação da Ursa Maior (*Arktos*)⁸⁸ e a Calota Circumpolar Ártica (*arktikos*) apresentam uma ocorrência quase duas vezes maior do que a do vento do Norte (*Boreas*) e seus derivados. Por outro, para o Sul, a relação se inverte, pois as referências ao seu vento correspondente (*Notos*) são duas vezes maiores do que a indicação astronômica — no caso, o Sol do meio-dia (*mesēmbria*). Não obstante, antes de analisar as direções restantes, é preciso considerar que, se a ocorrência dos ventos até o momento representa pelo menos metade do total, para as próximas direções essa soma será praticamente insignificante frente às demais referências. Quanto a isso, a causa dessa discrepância parece ter sido respondida no próprio texto de Estrabão, uma vez que, ao tentar defender Homero das críticas de Eratóstenes, o geógrafo de Amásia argumenta que só existem 2 ventos dominantes, a saber, Bóreas e Noto, enquanto os demais (*Zephyros* e *Apeliotēs*) sempre variam em leves inclinações (1.2.21). Desse modo, os ventos de Oeste e de Leste não eram um bom suporte para que os geógrafos referenciassem as suas respectivas direções

⁸⁶ Em certo sentido, não é improvável que, para um grego daquela época, a escolha por uma certa denominação não explicitaria necessariamente a particularidade de sua referência, assim como hoje não visualizamos imagens diferentes ao lermos termos tais quais Leste, Levante e Oriente. Todavia, em um texto geográfico, a atenção para com essas particularidades lexicais é útil, como fica evidente numa passagem de Estrabão (2.3.8)

⁸⁷ Dado o âmbito maior a que esse presente trabalho se propõe, uma análise mais pormenorizada das seguintes ocorrências não pôde ser realizada, cabendo apenas observações sumárias delas.

⁸⁸ Certamente, nem na época de Estrabão a Ursa Maior era a constelação mais apropriada para indicar o Pólo Celeste Ártico. Por isso, o geógrafo dedica uma série de linhas para justificar que, desde a época de Homero, a Ursa (*Arktos*) seria empregada como uma sinédoque para designar a Calota Circumpolar Ártica (1.1.6).

cardeais, visto que, além de apresentarem variações sensíveis, eles sequer foram bem definidos na literatura geográfica, ainda mais porque é praticamente impossível universalizá-los para todas as regiões do Ecúmeno (AUJAC, 1966). Ainda nessa discussão, ao divagar sobre a polimatia de Homero frente aos assuntos geográficos, Estrabão destaca que é ao falar dos ventos (*anemoi*) e das direções cardeais (*klimata*) que o poeta melhor demonstra a grandeza do seu conhecimento, tanto que nem Eratóstenes foi capaz de compreender a sua devida complexidade (1.2.20). Retomando a questão, o autor, ao referenciar o Leste, mostra uma fortíssima tendência de identificá-lo com a palavra que remete à manhã (*ēōs*), e não tanto àquela que designa o levante do Sol (*anatolē*). Enquanto isso, para o Oeste, a situação se inverte, pois Estrabão tende a referenciá-lo com base no poente do Sol (*dysis*), e não tanto pelo fenômeno que dele resulta, o ocaso (*hespera*), cuja ocorrência representa metade do total.

Além dessa ausência de formalização para definir as direções cardeais, há também o fato de que o modo pelo qual elas são referenciadas varia bastante no decorrer da obra de Estrabão, ao considerar a morfossintaxe de sua construção. Nesse sentido, é sobretudo ao investigar o uso de diferentes preposições e dos seus respectivos casos que se constata que a escolha por uma determinada construção pode exprimir noções espaciais diversas (YAKOVLEVA, 2021). O primeiro modo pelo qual um geógrafo pode referenciar uma direção cardinal é por meio de “marcações estáticas”, quando o autor se apoia na direção cardinal para criar uma ideia de direções absolutas. Por exemplo, ao redigir o seu tratado cartográfico, é extremamente comum que Ptolomeu escreva algo como “do Poente” (*apo dysmōn*), de modo que, semelhantemente a um sistema de coordenadas absolutas, tal construção pode ser vertida para a nossa noção de Oeste sem maiores prejuízos. Essa noção também está presente em Estrabão, no entanto, esse geógrafo também faz uso de um segundo modelo para expressar as direções cardeais, o qual pode ser construído por “marcações dinâmicas”. Elas tendem a expressar uma ideia de movimento, como quando ele diz “em direção à Ursa Maior” (*pros arktikon*), o que, por sua vez, se assemelha muito à linguagem de um itinerário. Consequentemente, analisando a estrutura dessas construções, autores como Clarke (1999) argumentam a favor da ideia de uma narrativa hodológica na obra de Estrabão, o que, por sua vez, remete claramente à influência dos périplos na literatura geográfica. E que a literalidade dessas últimas marcações pode ser muitas vezes preservada — para além do

argumento morfossintático (YAKOVLEVA, 2021) —, o próprio Estrabão indica isso (1.1.21), ao citar a seguinte fala de Odisseu: “Não sabemos onde ficam a escuridão (*zophos*) e a aurora (*ēōs*), nem onde o Sol que traz luz aos mortais mergulha sob a terra ou onde desponta” (Od. 10.190–2.)⁸⁹. Assim, ao analisar o texto de Estrabão, é possível notar que, por mais que a marcação dinâmica seja sensivelmente a mais recorrente, ambas as construções se fazem presentes e são utilizadas em diferentes momentos para expressar aquilo que o seu autor almeja para o correspondente contexto. Dessa forma, por adotar uma linguagem que explora diferentes aspectos da espacialidade, o texto de sua obra gera uma imagem geográfica extremamente rica e diversa em comparação com os demais autores dessa tradição.

Agora, retomando aquele tópico de transmissão de informações, Homero é sem dúvidas a principal fonte para Estrabão conduzir a sua narrativa geográfica, todavia, para consolidar a posição do poeta, ele precisa realizar simultaneamente toda uma crítica à tradição geográfica. A influência do poeta está tão diluída na cultura helênica que, por vezes, os relatos de locais e a poesia homérica parecem ser indissociáveis, tanto que o geógrafo coloca a tradição oral (*phēmē*) numa posição extremamente privilegiada, sobretudo porque é ela que muitas vezes é a responsável por atestar a veracidade dos antigos relatos de Homero (1.2.14). A centralidade das referências poéticas, portanto, não é mero acaso, uma vez que a cultura helênica valoriza a poesia como uma forma muito elevada de cultura. Basta lembrar que, nas palavras de Estrabão, a poesia era considerada uma filosofia elementar, e isso desde pelo menos a escola pitagórica (1.1.10; 1.2.3). Ainda nesse sentido, é possível argumentar que a estrutura em verso típica da poesia é compacta o suficiente para encaixar bem como uma citação e, além disso, também oferece recursos de fácil memorização para os seus ouvintes (DUECK, 2000). Mas quando o registro poético é ambíguo e os relatos orais não são consistentes para solucionar uma questão, é através de métodos complexos de exposição e de comparação com outras obras, tendo como base sobretudo a perspectiva da lógica, que Estrabão constrói a sua descrição geográfica, cujo alicerce é toda a tradição geográfica e o diálogo que ela tece com Homero (KOELSCH, 2004). De modo geral, é possível argumentar que, através desse filtro, é principalmente pela via da correção das informações que Estrabão se legitima em meio à tradição da geografia (2.4.8), ainda que seja

⁸⁹ É justamente a partir dessa literalidade das direções cardeais que Estrabão pôde realizar a distinta interpretação de *Zophos* (escuridão) como sendo o Norte, e não o Oeste (1.2.28; 10.2.12).

indiscutível que o autor ofereça muitos avanços qualitativos no processo da descrição (DUECK, 2010). Consequentemente, ao levar em consideração todo o plano de fundo social, esses temas homéricos na geografia não são discussões filológicas estéreis, pois carregam implicações políticas e culturais reais para o mundo helênico (LIGHTFOOT, 2019).

Finalmente, nesse mesmo sentido, é conveniente detalhar melhor o tratamento que Estrabão confere às obras de história. O autor não nega a indissociabilidade que o aspecto temporal tem na geografia, afinal, o geógrafo “deve falar do estado das coisas atualmente, bem como de certas coisas que já aconteceram” (6.1.2). Mais à frente em sua obra, o autor é ainda mais enfático ao avisar que o seu leitor deve observar como os objetos de análise estão agora, mas sem deixar de prestar atenção no estado das coisas na antiguidade (*archaiaologia*), reforçando esse vínculo à linha temporal. Todavia, em outras passagens, o autor se mostra muito mais restritivo sobre as digressões históricas, como quando ele diz que, “se algo sobre a história antiga (*palaia historia*) passou despercebido, é preciso deixar isso de lado (pois esse não é o trabalho do geógrafo), e é necessário abordar as coisas presentes” (12.8.7). Não obstante, não custa recordar que Estrabão é extremamente cauteloso com as suas digressões, de modo que essa passagem não retrata necessariamente um repúdio do autor para com os relatos históricos, mas sim um cuidado para não desvirtuar a sua narrativa com elementos por vezes supérfluos (1.1.23). Com base nessas declarações e no modo com que Estrabão tende a vincular os agrupamentos humanos à poesia de Homero, é possível argumentar que a história serve, em uma obra de geografia, para reafirmar a identidade dos lugares, sobretudo através do prisma da cultura helênica. Já discutimos como Estrabão sempre pauta a sua descrição com base nas seções habitadas do Ecúmeno, sobretudo aquelas que já exibem uma formação urbana (*polis*), relegando aquelas áreas que são inabitadas ao esquecimento. E, ainda nesse sentido, é simbólico notar que o geógrafo mostra um enorme cuidado em abordar as transformações que os agrupamentos humanos sofreram dentro de uma perspectiva histórica, em que vilarejos se tornaram grandes cidades ou grandes cidades viraram vilas ou mesmo desapareceram. Portanto, ao considerar essa dinamicidade dentro de um texto geográfico, Estrabão demonstra que a história é

fundamental para geografia porque é justamente pela estrutura temporal que o espaço se torna lugar e vice-versa (CLARKE, 1999)⁹⁰.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geografia, enquanto um campo de estudo unitário e coeso, só veio a ser fundada quando o polímata Eratóstenes, observando a necessidade de compreender os fenômenos de uma maneira global para então explicá-los, redige a sua *Geōgraphia* em Alexandria. Esse fato não é ocasional, afinal, uma vez que os horizontes geográficos tinham se alargado em uma escala inédita com a expansão do império macedônio, finalmente foi possível ao pensamento helênico experimentar um influxo de contribuições e de atribuições que fizesse com que fosse preciso realizar a sistematização de um conjunto de saberes espaciais e assim torná-los codificados, sendo tal resultado a geografia (CLAVAL, 2006). Então, poucos séculos após a publicação daquele tratado de Eratóstenes, a geografia já se encontrava bem estabelecida e difundida na tradição literária helênica, passando progressivamente a incorporar uma série de aportes de outras tradições para dentro do seu próprio gênero. Nesse mesmo sentido, a partir desse momento, a correspondência entre a expansão territorial e o desenvolvimento da geografia passa a ser cada vez mais clara na história dessa disciplina e, na antiguidade clássica, o seu ápice se deu com o Império Romano. Ao considerar que toda uma área do ecúmeno estava sob o poder de um único governo e o que já havia sido feito no meio historiográfico, a ideia de compor uma geografia sob a perspectiva universalista finalmente pôde ser executada de forma apropriada com a figura de Estrabão. Seu empreendimento, a *Geōgraphika*, representa a mobilização de toda uma tradição literária sob novas perspectivas e numa proporção completamente inédita. E por estar condicionada histórica e socialmente ao ambiente romano, a geografia realizada nesse contexto não tinha como escapar das influências que permeavam o ambiente intelectual desse império, de modo que as pretensões políticas contidas na obra e a sua utilidade (*ōphēleia*) como um instrumento para os governantes se tornaram o núcleo desse projeto. Desse modo, ao considerar a importância desse tratado como um compêndio de toda aquela tradição, a obra Estrabão é considerada a chave para se compreender o estado da

⁹⁰ De acordo com a autora em questão, o lugar é sinônimo de lugar habitado/vivido, geralmente trabalhado com base em unidades discretas, enquanto o espaço é um contínuo. Com base nessa definição, Estrabão privilegia sempre o primeiro.

arte do conhecimento geográfico. Paralelamente, a *Geōgraphika* também representa um dos últimos suspiros dessa literatura no mundo greco-romano, de modo que um esforço similar ao de Estrabão jamais seria repetido em meio a esse ambiente cultural.

De fato, a magnitude e a pluralidade da obra de Estrabão foram grandes chamarizes para uma diversidade de reflexões posteriores, no entanto, o campo de estudo que melhor se concentrou sobre a obra foi os estudos clássicos, sobretudo nos últimos séculos. Afinal, em meio ao processo de reformulação das disciplinas com base nos ditames científicos modernos, sobrava naturalmente à *Geōgraphika* um espaço maior naquele tipo de estudo do que na própria geografia, o que, como se mostrou, não parece ter sido um destino totalmente feliz para a obra. Por mais que os estudos clássicos tenham uma capacidade admirável para tirar dessa obra riquíssimas reflexões e seus frutos sejam colhidos até hoje, essa área de estudo possui as suas próprias limitações, as quais naturalmente impedem o aprofundamento de reflexões geográficas. Consequentemente, a obra de Estrabão começou a ser analisada através de um prisma diferente daquele com o qual ela foi concebida, de tal modo que o seu conteúdo geográfico, justamente a sua razão de ser, passou a ser posto em segundo plano ou até mesmo ser desprezado. Por exemplo, mesmo após ser incumbido de redigir um importantíssimo verbete do nosso geógrafo para a Enciclopédia Prática de Estudos Clássicos (*Pauly–Wissowa*), um intelectual do porte de Ernst Honigmann ainda assim foi capaz de considerar a *Geōgraphika* de Estrabão como “[...] superficial, banal e uma mera compilação” (Honigmann, 1931 *apud* Henny, 2018, p. 37). Uma vez que a *Geōgraphika* era posta sem contexto sob a lente dos estudos clássicos, a qualidade geográfica dela passava absolutamente despercebida por esses estudiosos que começavam a se debruçar sobre a obra nessa primeira onda de estudos filológicos. De certa forma, passado quase um século daquela declaração, até mesmo uma autora tal qual Daniela Dueck — certamente uma das maiores divulgadoras do pensamento de Estrabão nas últimas décadas — demonstra uma certa dificuldade de explorar as especificidades mais epistemológicas do pensamento de Estrabão e aprofundar tais questões de natureza geográfica. Afinal, quando ela busca rebater a ideia de que o nosso geógrafo é um mero compilador, a sua justificativa se mostra invariavelmente subordinada ao campo argumentativo da literatura, ao afirmar que aquilo que torna Estrabão um autor diferenciado e digno de respeito é a capacidade desse geógrafo de organizar um conteúdo dentro de um plano muito bem definido, justificado e conduzido e, ainda por cima, dentro de um panorama

colossal (DUECK, 2000). Posteriormente, ao defender que Estrabão se afirmou em meio à tradição geográfica pela via da correção e da atualização das informações, a mesma autora parece tentar avançar sobre as questões geográficas da obra, todavia, ainda assim, seu argumento não consegue se desvencilhar daquilo que é comum aos estudos clássicos (*IDEM*, 2010). Do mesmo modo, também muitos esforços em direção a geografia foram realizados com um nível de profundidade e de complexidade admiráveis. Por mais que ela tenha uma produção acadêmica extremamente rica em geografia antiga, podemos citar especificamente a obra de Aujac (1966) dedicada a ciência feita por Estrabão, em que a autora se debruça sobre aquilo que podemos enquadrar como um conteúdo de geografia física, ao explorar teorias e conceitos tradicionalmente mais associados à física, astronomia, geometria etc. Igualmente proveitoso é comentar a contribuição feita por Clarke (1999) a respeito das questões temporais e espaciais em Estrabão, pois, uma vez analisada a forma com a qual o geógrafo articulou esses dois aspectos, a autora acaba por delinear o método geográfico dele. Essa mesma classicista propõe uma série de associações entre o pensamento de Estrabão e a geografia moderna — como relacionar a matriz tempo-espaço de Estrabão com aquela posteriormente proposta por Yi-Fu Tuan (*ibidem*). Ainda que pouco difundida, essa iniciativa, por sua vez, pôde inspirar um geógrafo como Koelsch (2004) a também observar em Estrabão a formulação de raciocínios que estão presentes na ciência geográfica moderna, como o “modelo centro-periferia” e as ideias de “fluxo de *commodities*” e de “mudança geográfica”. Os fundamentos do pensamento geográfico de Estrabão enfim são levados à luz.

Demonstramos neste trabalho a forma com que Estrabão retrabalha conceitos e categorias tradicionais da filosofia helênica e os emprega seguindo um objetivo próprio da geografia, do mesmo modo que ele também utiliza categorias geográficas por excelência, as quais seriam definitivamente consagradas quando essa disciplina se estabeleceu como ciência. Não obstante, o principal aspecto do pensamento geográfico de Estrabão, o qual também é a sua grande contribuição para essa tradição, está no modo com que ele articula aspectos diversos da realidade de forma integrada no espaço e no tempo, ao ter como parâmetro a relação constante entre as partes e entre elas e o todo (*to holos*), articulação que é constantemente construída sobre a perspectiva da multiescalaridade. Assim, ao lançar mão da abstração, esse raciocínio geográfico consegue superar a imediatividade da descrição local e se torna capaz de construir uma visão não apenas relacional (15.1.26), mas também total dos

fenômenos (2.5.4), sendo essa associação entre o particular e as regras gerais justamente o núcleo da ciência geográfica (LA BLACHE, 2001). Particularmente em Estrabão, a enorme preocupação de explicar o porquê de “as coisas estarem dispostas assim ou de outro modo, e serem conhecidas ou incógnitas” (1.1.16), sobretudo com vistas à perspectiva da política, realça a potência do olhar geográfico de não apenas ser um meio para compreender melhor as mudanças na esfera natural e social (1.3.16; 1.3.21), mas também um instrumento para a intervenção (1.1.23). Nesse mesmo sentido, uma leitura mais pormenorizada da *Geōgraphika* proporciona uma avaliação mais otimista do raciocínio geográfico de Estrabão do que aquela realizada inclusive por Claval (2006). A análise da situação aparece muitas mais vezes na obra de Estrabão e não se limita à percepção das “vantagens comparadas” possíveis graças à disposição dos rios da Gália com vistas ao comércio (4.1.2). Outros exemplos ajudam a demonstrar como Estrabão, mesmo limitado em seus instrumentos, oferece em sua obra um raciocínio geográfico maduro; como quando ele detecta o potencial da cidade de Tarraco de ser uma metrópole governamental para toda uma região da península ibérica, dada a sua localização estratégica junto ao Rio Ebro (3.4.7); ou também quando ele relata o fracasso dos romanos em solucionar um conflito de origem geográfica, no qual os Salassianos, ao realizarem uma série de canais no rio Douria visando à mineração, diminuíram a vazão desse rio e, assim, acabaram por arruinar a agricultura dos povos da baixa vertente (4.6.7).

Do mesmo modo que o próprio Estrabão por vezes não deixa claro onde termina a contribuição de um autor e onde começa a sua, assim como ele também nem sempre apresenta diretamente os autores que influenciaram a sua obra⁹¹, a mesma situação sucedeu com a *Geōgraphika* no decorrer da tradição geográfica. No entanto, o esforço para delinear a sua recepção na literatura e, por conseguinte, a sua influência sobre a geografia revela cada vez mais a proficuidade da obra de Estrabão nesse disciplina. Por mais que a *Geōgraphika* tenha sido bastante trabalhada na Idade Média, principalmente em Constantinopla, os seus principais frutos começaram a germinar apenas quando eclode na Europa Ocidental um novo período de expansão geográfica, com a abertura de novas rotas comerciais e com as expansões ultramarinas. Por um lado, o interesse para descrever e caracterizar cada uma das

⁹¹ O fato de Estrabão usar diversas vezes as informações de um certo “corógrafo” sem jamais especificar o nome dele é o caso mais emblemático. Além do mais, parece que Estrabão só nomeia as suas fontes quando ele discorda explicitamente delas (TRACHSEL, 2017).

regiões já estabelecidas levou uma série de estudiosos a voltar-se para Estrabão com vistas à redação de geografias regionais. É com base no geógrafo de Amásia que autores tais como Biondo Flavio e Francesco Berlinghieri puderam tirar inspiração e realizar a retomada definitiva dessa literatura (DALCHÉ, 2017). Por outro lado, essa nova etapa da regionalização também era acompanhada de uma expansão dos horizontes geográficos, de modo que era necessário enquadrar as novas descrições em uma matriz totalizante e em um ecúmeno em plena expansão, assim como fez Estrabão. Nesse sentido, navegadores como Cristóvão Colombo tiveram que voltar a sua atenção para as teorias dos geógrafos helênicos para refletir sobre as suas próprias, assim como cartógrafos e cosmógrafos acabavam por enxergar que as suas formulações eram uma continuidade daquela geografia helênica. Não é ocasional que o primeiro geógrafo a ser homenageado por Duarte Pacheco Pereira (1892) em sua *Esmeraldo de situ orbis* seja justamente Estrabão⁹². Em ambos os casos a *Geōgraphika* veio a ser a pedra angular para a reformulação de uma série de teorias antigas e para a produção de novos conhecimentos, de modo que o saber geográfico se tornou algo muito desejado na educação. Junto a isso, a sua razão de ser, a utilidade política, veio a ser finalmente consumada quando autores como Melanchthon e Erasmo de Roterdã, ao refletirem sobre a utilidade da geografia, notaram que essa disciplina é imprescindível para a formação de uma classe de soberanos (DALCHÉ, 2017). Esse movimento foi responsável por fazer com que a obra, depois de mais de dez séculos, finalmente alcançasse o seu objetivo principal, sendo o seu auge quando Napoleão Bonaparte demonstrou um grande entusiasmo pela obra de Estrabão, almejando até mesmo uma tradução dela (LAS CASES, 1968). Já à época do general francês, após um grande período de acúmulo de conhecimentos geográficos e de refinamentos epistemológicos, a geografia, assim como outras disciplinas, estava em vias de ter o adjetivo *científico* adicionado ao seu nome. Nesse momento, as referências explícitas a Estrabão se tornam cada vez menos frequentes e cada vez mais dispersas na literatura geográfica, mas isso não implica que as suas contribuições foram deixadas de lado, pois, ainda que não sejam atribuídas, elas não deixam de ser perceptíveis no discurso, tanto que Hartshorne (1939) faz questão de

⁹² É simbólico como esse tratado de 1506, dedicado ao rei Manuel I, só veio a ser publicado depois de quase quatro séculos de sua redação, fato que reforça a qualidade confidencial das informações geográficas.

sublinhar que Kant e os demais geógrafos do século XVIII, ao darem uma definição para geografia, parecem ecoar uma mesma voz que vem desde Estrabão.

Certamente, ainda faltam mais estudos sobre recepção de Estrabão para melhor compreender o impacto desse autor no conhecimento geográfico, assim como também faltam mais pesquisas sobre os fundamentos geográficos de sua obra. De qualquer modo, com o que foi demonstrado nesse trabalho, é prudente afirmar que Estrabão apresenta fundamentos geográficos extremamente sólidos em sua obra e que ele é uma figura indispensável para refletir sobre o desenvolvimento da tradição geográfica. Felizmente, o horizonte para esses estudos está cada vez mais amplo e aberto para pesquisa, de modo que é questão de tempo para que aquelas lacunas sejam preenchidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALGRA, K. *Concepts of space in Greek thought*. New York: E. J. Brill, 1995.
- AUJAC, G. *Géographie*. v. 1. Paris: Société d'édition «Les Belles Lettres», 1969.
- _____. *Strabon et la science de son temps*, Paris: Les Belles Lettres, 1966.
- _____. Strabon et le stoïcisme. *Diotima*, v. 2, 1983, p. 17–29.
- BAILLY, A. *Dictionnaire grec-français*. Paris: Hachette, 2000.
- BERGGREN, J. L.; JONES, A. *Ptolomy's Geography: An Annotated Translation of the Theoretical Chapters*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- BICHLER, R. Persian Geography and the Ionians: Herodotus In: BIANCHETTI, S.; CATAUDELLA, M. R.; GEHRKE, H. (eds.). *Brill's Companion to Ancient Geography: The Inhabited World in Greek and Roman Tradition*. Leiden: Brill, 2016, Cap. 1, p. 3–20.
- CARTWRIGHT, D. E. On the origins of knowledge of the sea tides from antiquity to the thirteenth century. *Earth Sciences History*. v. 20, n. 2, p. 105–126, 2001.
- CLARKE, K. *Between Geography and History: Hellenistic Construction of the Roman World*. Oxford: Clarendon Press, 1999.
- CLAVAL, P. *Epistemologia da Geografia*. 2. ed. Tradução Margareth de Castro Afeche Pimenta e Joana Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- _____. *História da Geografia*. Tradução José Braga Costa. Lisboa: Edições 70, 2006.
- CONNORS, C. Eratosthenes, Strabo, and the Geographer's Gaze. *Pacific Coast Philology*, v. 46, n. 2, p. 139–152, 2011.
- DALCHÉ, P. G. Strabo's reception in the west (fifteenth–sixteenth centuries). In search of Strabo's Homer. In: DUECK, D. (ed.). *The Routledge Companion to Strabo*. New York: Routledge, 2017. Cap. 28, p. 367–383.
- DANDROW, E. Ethnography and identity in Strabo's Geography. In: DUECK, D. (ed.). *The Routledge Companion to Strabo*. New York: Routledge, 2017. Cap. 10, p. 113–124.
- DILLER, A. Agathemerus: Sketch of Geography. *Greek Roman and Byzantine Studies*, v. 16, n. 1, 1975, p. 59–76.
- DUECK, D. *Strabo of Amasia: A Greek man of letters in Augustan Rome*. 1st ed. New York: Routledge, 2000.

_____. The Date and Method of Composition of Strabo's "Geography". *Hermes*, v. 127, n. 4, p. 467–478, 1999.

_____. The Geographical Narrative of Strabo of Amasia. In: TALBERT, R. J. A.; RAAFLAUB, K. A. (ed.) *Geography and Ethnography: Perceptions of the World in Pre-Modern Societies*. Chichester: Wiley-Blackwell Publishing, 2010, Cap. 15, p. 236–251.

EGINITIS, D. The problem of the tide of Euripus. *Astronomische Nachrichten*, v. 236, n. 19, 1929, p. 321–328.

GOLDSTEIN, T. Geography in the Fifteenth Century Florence. In PARKER, J. (ed.). *Merchants and Scholars: Essays in the History of Exploration and Trade*. Minneapolis: University of Minnesota Press, Cap. 1, p. 9–32, 1965.

HADOT, P. *O que é filosofia antiga?* 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARTSHORNE, R. *The Nature of Geography: A critical survey of current thought in the light of the past*. 5. ed. Pennsylvania: Association of American Geographers, 1976.

HATZIMICHALI, M. Strabo's philosophy and Stoicism. In: DUECK, D. (ed.). *The Routledge Companion to Strabo*. New York: Routledge, 2017. Cap. 1, p. 9–21.

HENNY, S. Caught in the crossfire of early modern controversy: Strabo on Moses and his corrupt successors. *Intellectual History Review*, Oxford, v. 28, n.1, p. 35–59, 2018.

HONIGMANN, E. 'Strabon 3.' In *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, v. 4, n. 1, 1931.

JAEGER, W. *Paideia: A formação do homem grego*. 3. ed. Tradução Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JANNI, P. Cartographie et art nautique dans le monde ancien, In: ARNAUD, P.; COUNILLON, P. (eds.). *Geographica historica*, Bordeaux, p. 41–53, 1998.

_____. The Sea of the Greeks and Romans. In: BIANCHETTI, S.; CATAUDELLA, M. R.; GEHRKE, H. (eds.). *Brill's Companion to Ancient Geography: The Inhabited World in Greek and Roman Tradition*. Leiden: Brill, 2016, Cap. 2, p. 21–42.

JONES, H. L. *The Geography of Strabo*. With an English translation. v.1. London: William Heinemann LTD. Loeb Classical Library, 1917.

KIM, L. The Portrait of Homer in Strabo's Geography. *Classical Philology*. v. 102, n. 4. p. 363–388, 2007.

KOELSCH, W. A. Squinting Back at Strabo. *Geographical Review*, v. 94, n. 4, p. 502–518, 2004.

LA BLACHE, P. V. DE. O Princípio da Geografia Geral. *GEOgraphia*, v. 3, n. 6, p. 93–100, 21 set. 2009.

LAS CASES, E. DE. *Mémorial de Sainte-Hélène*, Paris: Éditions du Seuil, 1968.

LENCIONI, S. *Região e Geografia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

LIGHTFOOT, J. Textual Wanderings: Homeric scholarship and the written landscape of Strabo's Geography. *American Journal of Philology*, v. 140, n. 4, p. 671–697, 2019.

MADSEN, J. M. Looking in from the outside: Strabo's attitude towards the Roman people. In: DUECK, D. (ed.). *The Routledge Companion to Strabo*. New York: Routledge, 2017. Cap. 3, p. 35–44.

MALINOWSKI, G. Strabo the Historian In: DUECK, D. (ed.). *The Routledge Companion to Strabo*. New York: Routledge, 2017. Cap. 26, p. 337–352.

MORA, P. G. Los estudios sobre geografía griega hoy: obras y autores concretos. PONCE, F. J. G.; REINO, A. L. C. (Orgs.). *El espacio en el tiempo: Geografía e historiografía en la antigua Grecia*, Madrid, ano 71, vol. 160, n.1, p. 33–58, 2021.

MORAES, A. C. R. *Geografia: Pequena história crítica*. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2009.

MOREIRA, R. *O que é Geografia*. 9. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MORET, P. Strabo: from maps to words. In: DUECK, D. (ed.). *The Routledge Companion to Strabo*. New York: Routledge, 2017. Cap. 15, p. 178–191.

NICOLAI, R. Textual tradition and textual problems. DUECK, D. (ed.). *The Routledge Companion to Strabo*. New York: Routledge, 2017. Cap. 24, p. 309–322.

PATTERSON, L. E. Myth as evidence in Strabo In: DUECK, D. (ed.). *The Routledge Companion to Strabo*. New York: Routledge, 2017. Cap. 22, p. 276–293.

PEREIRA, D. P. *Esmeraldo de situ orbis*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

PONCE, F. J. G. Estrabón y su manejo de la periplografía griega. In: PONCE, F. J. G.; ESPELOSÍN, J. G.; REINO, A. L. C. (ed.) *La letra y la carta: Descripción verbal y representación gráfica en los diseños terrestres grecolatinos*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2016, p. 139–165.

_____. Los estudios sobre geografía hoy: consideraciones generales. In: PONCE, F. J. G.; REINO, A. L. C. (Orgs.). *El espacio en el tiempo: Geografía e historiografía en la antigua Grecia*, ano 71, vol. 160, n.1, p. 15–32, 2021.

POTHECARY, S. Kolossourgia. 'A colossal statue of a work' In DUECK, D. et al. (eds.) *Strabo's Cultural Geography: The Making of a Kolossourgia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, Cap. 1, p. 5–26.

_____. Signposts and sub-divisions: hidden pointers in Strabo's narrative In: DUECK, D. (ed.). *The Routledge Companion to Strabo*. New York: Routledge, 2017. Cap. 16, p. 195–206.

_____. "When I was young and he was old": The significance of overlap in Strabo's geography. *Phoenix*: v. 65, n. 2, p. 39–52, 2011.

PRONTERA, F. M. Prima di Strabone: Materiali per uno studio della geografia antica come genere letterario. In PRONTERA, F. (ed.), *Strabone: Contributi allo studio della personalità e dell'Opera I*. Perugia: Università degli Studi, 1984, p. 189–256.

RADT, S. *Strabons Geographika: Mit Übersetzung und Kommentar herausgegeben von Stefan Radt*. Prolegomena. Buch I–IV: Text und Übersetzung. v. 1. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2002.

_____. *Strabons Geographika: Mit Übersetzung und Kommentar herausgegeben von Stefan Radt*. Abgekürzt zitierte Literatur. Buch I–IV: Kommentar. v. 5. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2006.

RAMÓN, J. L. G.; BLANCO, J. G. *Geografía*. Libros I–II. v. 1. Madrid: Editorial Gredos, 1991.

ROLLER, D. W. *Ancient Geography: The Discovery of the World in Classical Greece and Rome*. 1st ed. New York: I. B. Tauris, 2015.

_____. *Eratosthenes' Geography*. Princeton: Princeton University Press, 2010.

_____. On translating Strabo into English. In: DUECK, D. (ed.). *The Routledge Companion to Strabo*. New York: Routledge, 2017. Cap. 25, p. 323–333.

_____. *The Geography of Strabo. An English translation, with introduction and notes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

ROMM, J. Continents, Climates, and Cultures: Greek Theories of Global Structure. In: TALBERT, R. J. A.; RAAFLAUB, K. A. (ed.) *Geography and Ethnography: Perceptions of the World in Pre-Modern Societies*. Chichester: Wiley-Blackwell Publishing, 2010, Cap. 14, p. 215–235.

SCHENKEVELD, D. M. Strabo on Homer. *Mnemosyne*: v. 29, n. 1, p. 52–64, 1976.

SILVA, A. C. Categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In: REYNAUD, A. et al. (org.). *Espaco Interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986.

SØRENSEN, S. L. "So says Strabo": the reception of Strabo's work in antiquity. In: DUECK, D. (ed.). *The Routledge Companion to Strabo*. New York: Routledge, 2017. Cap. 27, p. 355–333.

STÜCKELBERGER, A.; GRAßHOFF, G. *Klaudios Ptolemaios Handbuch Der Geographie*. Basel: Schwabe AG, 2006.

SYME, R. *Anatolica: Studies in Strabo*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

THOLLARD, P. Barbaric et civilisation chez Strabon. *Étude critique des Livres III et IV de la Geographic*, Paris, 1987.

TRACHSEL, A. Strabo and the Homeric commentators. In: DUECK, D. (ed.). *The Routledge Companion to Strabo*. New York: Routledge, 2017. Cap. 21, p. 263–275.

VERNANT, J. P. *The origins of Greek thought*. New York: Cornell University Press, 1982.

YAKOVLEVA, A. V. Cardinal directions in Ancient Greek and the systems of spatial orientation. *Acta Linguistica Petropolitana*, São Petersburgo, ano 19, v. 17, n. 2, p. 289–326, 2021.

APÊNDICE

(1) A *geographia* é uma representação feita com base no desenho de todas as porções que estão dispersas pela terra e como elas estão arranjadas em uma totalidade. Ela se diferencia da *chorographia*, visto que esta, por segmentar os lugares por porções, explica cada um deles separadamente, um de cada vez, ao mesmo tempo que detalha quase todas as suas informações, até mesmo as mais ínfimas que estão compreendidas neles, por exemplo: os portos, os vilarejos, os distritos, os tributários dos rios principais e as demais coisas nesse mesmo sentido. (2) Já a particularidade da *geographia* é mostrar a Terra conhecida de uma forma una e compreensiva, o que compreende as questões de sua natureza, de sua disposição e até de como os fenômenos estão associados em relação a toda a circunferência dela, por exemplo: os golfos, as grandes cidades, as etnias e os rios mais dignos de menção, bem como as características mais distintivas de cada tipo.

(3) Por um lado, a *chorographia* tem como finalidade o enfoque sobre as partes, como se alguém desejasse representar isoladamente uma orelha ou um olho; por outro, a *geographia* tem como propósito a apreciação do todo, de um modo análogo àqueles que pretendem desenhar uma cabeça em sua integridade. (4) Pois, visto que em todos os casos em que um retrato é proposto é necessário e fundamental acomodar nele as principais partes, assim como é esperado que a tela tenha as devidas proporções para assegurar que as partes dispostas sejam condizentes com o alcance da vista — tanto se o desenho for sobre o todo ou sobre as partes, a fim de que seja apreendido pelos sentidos em sua totalidade —, do mesmo modo, de acordo com a razão e com a utilidade, é indissociável à *chorographia* apresentar as particularidades mais ínfimas dos lugares, enquanto é próprio da *geographia* expor as próprias regiões junto às suas disposições mais gerais. Isso se dá porque, para esta, o seu principal componente é a localização das regiões e ela é apropriada na medida que é proporcional à escala do Ecúmeno, enquanto, para aquela, são as próprias diferenças das regiões que estão contidas no Ecúmeno.

(5) A *chorographia*, em sua maior parte, ocupa-se mais com a qualidade do que com a quantidade dos assuntos determinados, pois a todo momento ela se preocupa com a similitude dos lugares, e não com a relação das suas posições. Já a *geographia* se atém mais à quantidade do que à qualidade, uma vez que ela se preocupa com a correspondência das distâncias na totalidade e com a similitude dos contornos das

grandes porções, mas apenas no tocante à mera forma. Razão pela qual, para aquela, é necessário o desenho das regiões, e ninguém poderia fazer uma *corographia* além de um homem que sabe desenhar. Já, para esta, isso não é totalmente necessário, visto que, para demonstrar as posições e configurações gerais, ela faz uso de linhas simples e simbologias.

(7) Por conta desses fatores, a primeira dispensa um método matemático, mas aqui [na *geographia*] essa formulação atinge um grau imprescindível.⁹³

⁹³ Tradução livre dos primeiros sete parágrafos da obra *Geōgraphia*, de Ptolomeu, através da edição estabelecida por Stückelberger (2006).